

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À
ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA DO
PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

Reunião n.º 9

16 de julho de 2020

(17:43 h – 20:35 h)

Ordem do dia:

Audição do Sr. Prof. Francisco Manuel Cardoso Castro Rego, na qualidade de Presidente do Observatório Técnico Independente

Presidente da Comissão: Paulo Rios de Oliveira (PSD)

Deputados oradores: Fabíola Cardoso (BE)
João Dias (PCP)
Santinho Pacheco (PS)
Emília Cerqueira (PSD)
Joana Bento (PS)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos dar início à reunião da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior.

Eram 17 horas e 43 minutos.

Esta nossa reunião ordinária destina-se a ouvir, como depoente, o Sr. Prof. Francisco Manuel Cardoso Castro Rego, na qualidade de Presidente do Observatório Técnico Independente. Esta audição realiza-se por indicação do Grupo Parlamentar do PCP.

Nos termos das normas que nos regem, considerada a rotação da iniciativa dos vários grupos parlamentares, quem começa, nesta audição, a fazer perguntas é o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, seguindo-se, na normalidade, os demais.

Embora saiba que é informado previamente, recorro a todos e ao nosso depoente, para ajudar quem nos ouve, que esta audição consta de três rondas potenciais, sendo a primeira de 8 minutos para cada grupo parlamentar, em sistema de pergunta e resposta. Terminada esta, haverá uma segunda ronda, de 5 minutos para cada grupo parlamentar, na qual todos farão as perguntas de seguida, respondendo V. Ex.^a globalmente, no final das várias intervenções. Se necessário, haverá uma terceira ronda, na qual cada grupo parlamentar terá 3 minutos e cada Sr.^a ou Sr. Deputado, individualmente, se assim o pretender, terá 2 minutos.

Também está prevista uma intervenção inicial, até ao máximo de 15 minutos, que V. Ex.^a fará, se quiser. Pergunto a V. Ex.^a se pretende usar dessa prerrogativa ou se damos início imediato à nossa audição.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego** (Presidente do Observatório Técnico Independente): — Sr. Presidente, não pretendo usar da palavra agora. Pode iniciar-se imediatamente a audição.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Professor.

Assim sendo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos iniciar imediatamente esta audição.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Fabíola Cardoso, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, cumprimento os presentes, quem nos acompanha por videoconferência e os serviços, e agradeço a presença do Sr. Prof. Francisco Rego, enquanto Presidente do Observatório Técnico Independente, em mais esta audição da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior.

Foi uma tragédia, foi uma situação que, ainda hoje, passados três anos, permanece certamente viva na memória de todos quantos, no terreno, passaram por aquela experiência traumática, deixando também marcas espalhadas pelo País, não só marcas de tristeza e até de alguma frustração, mas também marcas de solidariedade, de um País que conseguiu mobilizar-se para que chegassem alguns apoios, quer fossem voluntariosos das pessoas, quer fossem das próprias instituições.

É esse o objeto da nossa Comissão. Estamos aqui para apurar responsabilidades essencialmente políticas, para descobrir o que aconteceu e para, de alguma maneira, tentar que esta terrível situação não se repita. Enquanto políticos, cabe-nos, de facto, avaliar procedimentos, escrutinar abordagens e, até, alterar legislação, para que seja possível melhorar o enquadramento.

O Sr. Professor é o Diretor do Observatório que foi criado após estes incêndios, para proceder a uma avaliação independente desses mesmos incêndios e para prestar apoio científico às comissões parlamentares que têm competência dentro desta área.

O Observatório tem tomado, como é publicamente conhecido, algumas posições bastante críticas relativamente às opções do Governo português sobre a floresta e sobre incêndios. Assim sendo, a primeira pergunta que gostaria de dirigir-lhe é a seguinte: qual foi o seu papel enquanto Presidente do Observatório Técnico Independente, neste processo de atribuição de apoios, na sequência dos incêndios rurais ocorridos em 2017?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Prof. Francisco Castro Rego, para responder.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, em primeiro lugar, agradeço-vos por nos ouvirem e por me concederem a oportunidade de poder dar a minha contribuição nesta matéria.

De qualquer modo, queria, no princípio, fazer uma declaração genérica: o Observatório, enquanto tal, não se debruçou especificamente sobre esta matéria. Esta é uma matéria sobre a qual o Observatório poderá vir a debruçar-se se os Deputados, a quem o Observatório reporta, assim o entenderem.

Aquilo que foi publicitado e que é público são questões de possibilidades de corrupção, de possibilidades de critérios pouco conhecidos e pouco claros, que são mais do âmbito de outros órgãos. Estas foram áreas sobre as quais nós, no âmbito do Observatório, não nos debruçamos especificamente. Qualquer declaração mais específica sobre essa matéria

carece um pouco do fundamento de trabalho sério, o qual gostamos sempre de ter antes de nos pronunciarmos, para, no fundo, preservarmos a nossa integridade como Observatório Técnico Independente. Todas as nossas posições, umas mais críticas, outras menos, terão um fundamento com conhecimento de causa, o que, neste caso, não é completamente líquido.

No entanto, poderei dar, depois, outras indicações sobre analogias com outras áreas com que já trabalhámos e que poderão, talvez, ser úteis para a abordagem deste processo.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Professor, posso, portanto, deduzir, daquilo que disse, que o Observatório Técnico Independente não teve nenhum papel no processo de atribuição de apoios à recuperação nem de habitações, nem de empresas, nem de equipamentos públicos e privados, nem da reposição do potencial produtivo da região afetada pelos grandes incêndios de 2017?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Professor, para responder.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, sim, é verdade. O mandato do Observatório está bastante claro na lei que foi constituída por esta Assembleia e, de facto, não estava previsto que pudéssemos intervir nessa matéria.

Se esse pedido tivesse sido solicitado anteriormente, é evidente que teríamos todo o gosto em fazê-lo, mas não o foi, nem teria necessariamente de sê-lo, porque era um bocadinho fora do nosso mandato.

Não fomos chamados, nem antes, nem depois, a pronunciarmo-nos sobre esta matéria.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Professor, ainda assim, não tendo havido essa participação direta, gostaria que tornasse claro se tem conhecimento de alguma ilicitude na utilização dos apoios do Fundo REVITA.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Professor, para responder.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, o conhecimento que temos sobre essa matéria é, digamos, aquele conhecimento que é público, comunicado através dos meios de comunicação social.

Há, de facto, indicações de processos menos claros nesta matéria, mas, como disse, não queria fazer nenhum depoimento específico sobre o assunto, sem ter um fundamento, sem ter conhecimento de causa mais aprofundado.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Professor, passando, então, a um outro nível de análise, o Observatório Técnico Independente considerou que, sem mudanças estruturais a nível da constituição da floresta e da sua gestão e a nível do sistema de prevenção e de combate a incêndios, é elevado o risco de repetição dos megas incêndios de 2017, que tiraram a vida a mais de 100 pessoas e que destroçaram parte do território, que ainda hoje está por recuperar.

Na sua opinião, quais são as mudanças estruturais necessárias e de que forma devem ser priorizadas, para termos um território mais resiliente aos fogos rurais e para impedir que situações como esta se repitam?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, temos sido bastante claros na ideia de que o contexto é cada vez mais complicado, por exemplo, com as alterações climáticas. O dia de hoje é, também, um sintoma dessas alterações: temperaturas muito elevadas, com vento, securas. O contexto de combustível acumulado na nossa floresta continua a ser do mesmo tipo. Tem havido alguma intervenção e algum esforço nas áreas que confinam com as habitações individuais, mas, em relação à floresta propriamente dita, têm havido muito poucas alterações para aquilo que consideramos que deveria acontecer.

Recentemente, há uns planos de transformação de paisagem que nos parecem apontar no sentido correto, mas foram até agora sempre ações com muito pouca eficácia na transformação de uma paisagem e, sem isso, as condições de contexto são sempre muito complicadas.

Por outro lado, nas questões que estão mais associadas à parte estrutural do combate, também chamámos a atenção, logo na nossa primeira análise, para a importância de serem estabelecidos contratos plurianuais e exigentes com as associações de bombeiros voluntários e com os bombeiros, que lhes permitissem uma clarificação de direitos e deveres, uma obrigação de formação e uma garantia de perenidade e de sustentabilidade das próprias associações e dos próprios corpos de bombeiros. Nesse aspeto, julgo que também há uma dificuldade grande.

Para além dessas dificuldades na área dos corpos de bombeiros, que precisam sistematicamente de mais formação, de mais rotação e de terem cada vez mais alterabilidade, a própria força do Estado, a única força que o Estado tem que lhe permite combater incêndios de grande dimensão, de ataque ampliado, é uma força que deu os seus primeiros passos de uma forma bastante interessante, mas não tem sido potenciada ao longo do tempo. Estou a falar da Força Especial de Bombeiros, que passou para Força Especial de Proteção Civil, cujos elementos continuam num quadro de precariedade completamente injustificado. Os próprios operadores das salas de operações continuam numa situação de precariedade completamente estranha a tudo aquilo que queremos ter como um sistema robusto, sólido e eficaz, que permita o combate aos incêndios florestais.

Existe, no âmbito da proteção civil, um núcleo de apoio à decisão operacional bastante interessante, bastante bem constituído, mas muito reduzido e nada potenciado na sua ligação com esta força especial de proteção civil.

Portanto, esse músculo que é necessário, sobretudo para intervenções mais complicadas, para intervenções noturnas quando não existem meios aéreos disponíveis, essas mudanças estruturais que nos pareciam extremamente fáceis de corrigir não têm sido suficientemente sólidas. Ainda temos quadros de precariedade no quadro da proteção civil e do combate ampliado aos incêndios florestais que, quanto a nós, em termos do Observatório, não são justificados, até porque houve um princípio de um caminho que se começou a fazer, e bem, mas que não tem sido suficientemente apoiado, nem suficientemente desenvolvido.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Professor, gostava que se referisse agora mais especificamente à floresta propriamente dita e não, como acabou de fazer, a outros aspetos, que são igualmente importantes.

Do seu ponto de vista, que mudanças estruturais na própria floresta devem ser priorizadas, para termos um território que seja, de facto, mais resiliente aos fogos rurais?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, temos, no Observatório, desde o seu início, chamado a atenção de que o País deve saber a que tipo de floresta deve dirigir os seus apoios financeiros e, para isso, há uma estratégia nacional para a floresta que define algumas metas e há os planos regionais de ordenamento florestal, que definem também metas para a própria floresta. Ora bem, tanto uma como outra necessitam claramente de ser revistas, na nossa perspetiva, porque não tiveram em linha de conta o agravamento das alterações climáticas nem a grande questão da prevenção dos incêndios.

Portanto, de facto, precisávamos de uma revisão das metas da Estratégia Nacional para as Florestas e das metas do Plano Regional de Ordenamento Florestal, até porque num futuro próximo estes planos regionais de ordenamento florestal devem enfermar os planos diretores municipais. Se os planos regionais de ordenamento florestal enfermam de problemas, depois, eles hão de ser transmitidos à escala municipal. Julgamos que esse é um aspeto que valeria a pena corrigir e temos chamado a atenção para isso, porque precisamos de uma floresta mais diversa, menos associada às monoculturas de eucalipto e de pinheiro, mais bem gerida, mas para isso

precisamos de ter uma visão regionalizada, porque não pode ser a mesma visão para o País inteiro.

Os planos regionais de ordenamento florestal deveriam ser o local onde fosse vertida essa visão regional para o tipo de floresta que queremos e julgo que a primeira geração de planos regionais de ordenamento florestal tinha mais essa vocação do que a segunda geração, que depois não foi atualizada.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra para prosseguir.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Qual o papel que pensa que pode ser ou que é desempenhado pelas associações de produtores na prossecução destas mudanças estruturais que afirmou serem essenciais para tornarmos o território mais resistente ao fogo?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor Francisco Rego, faça favor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Pois, essa também é uma questão que temos debatido no Observatório. Claramente, em tudo o que tem a ver com a floresta, os ritmos e a persistência ou a permanência das políticas é extremamente importante.

A partir dos incêndios de 2005/2006, tivemos a constituição do início das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), que foram uma aposta muito significativa, mas depois bastante descontinuada. As ZIF foram um fator de grande esperança e de grande mobilização das associações de produtores florestais e do associativismo florestal, mas não foram suficientemente apoiadas no seu desenvolvimento.

Depois, esta Casa também aprovou as Entidades de Gestão Florestal (EGF) e as Unidades de Gestão Florestal (UGF), modelos também diferentes

de gestão florestal, mas, em muitos casos, não tem havido a suficiente permanência de apoios a essas apostas de solução. Nós, por exemplo, já tivemos a intenção e já fizemos uma avaliação do novo Programa de Transformação da Paisagem que o Governo aprovou, consideramos genericamente que é um bom programa, que vai no sentido correto, mas já criticámos a não explicitação de que para essas transformações da paisagem podemos e devemos utilizar os mecanismos que já estão previstos, que já foram consensualizados, as ZIF e as UGF que podem ser, de facto, mecanismos e instrumentos importantes para essa transformação. Não será só necessário ter uma visão do que deve ser a transformação e de ter os recursos financeiros, mas também se devem operacionalizar os instrumentos que já estão disponíveis, que já foram consensualizados e que por vezes são esquecidos nesta transformação necessária da paisagem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Fabíola Cardoso.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Ouvindo as suas palavras, a sensação com que fico é a de que, de tanto se mudar, parece que estamos a mudar para que tudo fique igual!

Gostava que tentasse estabelecer uma relação entre estas duas «apostas de solução», como disse, nomeadamente a que está mais atualizada, a das UGF, como uma eventual estratégia de resolução de um dos graves problemas, do nosso ponto de vista, que é o das questões de cadastro ou de falta dele. De que maneira é que estas duas realidades são opostas ou, pelo contrário, de que maneira podem resolver os problemas e contribuir, mais uma vez, para as tais mudanças estruturais de que precisamos na floresta portuguesa, com que estamos todos de acordo?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, faça favor de responder.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Julgo que essa é uma questão que também temos debatido em termos do Observatório. Não temos uma posição coletiva escrita, mas o nosso entendimento geral é o de que essas realidades, tanto as ZIF como as UGF, poderiam ser também instrumentais na própria produção de cadastro.

Os baldios têm cerca de 400 000 ha, as ZIF têm perto de 1 milhão de há, com as UGF, etc., teríamos já capacidade de dar passos muito significativos na realização de cadastro para essas áreas, até porque, obrigatoriamente, todas essas entidades já fizeram o trabalho de porta a porta, o trabalho de sapa de contactar os proprietários, de os conhecer e de conhecer os limites das suas propriedades e estariam em condições de ser muito operacionalizadas para a produção de um cadastro nessas primeiras áreas.

De facto, agora, este Programa de Transformação da Paisagem aponta como primeira prioridade para este plano que se faça o cadastro, mas mais uma vez não me parece que utilize suficientemente as ZIF e as UGF para poderem elas próprias ser instrumentos de construção desse cadastro, sabendo que são as que estão mais próximas do produtor florestal e do proprietário e que estariam em condições excelentes para serem operacionalizadas com esse objetivo de produção de cadastro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, vou só pedir-lhe, em benefício dos trabalhos da Comissão e de quem nos possa ouvir, que quando disser siglas as explique, ao menos uma vez, porque quem estiver a ouvir não será necessariamente especialista mas pode estar interessado e ficar sem perceber.

Sr.^a Deputada Fabíola Cardoso, devolvo-lhe a palavra.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, também eu tentarei tomar em consideração essa boa intenção para que aquilo que dizemos seja perceptível.

Sr. Professor, gostava que esclarecesse por que é que isso não acontece. Porque é que este novo Programa de Transformação da Paisagem não vai buscar essas ferramentas que já existiam? Do seu ponto de vista, é uma impossibilidade técnica ou é uma decisão política?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Se calhar, aqui, punha a minha posição mais pessoal, porque, enfim, esta não é uma posição coletiva.

Conhecendo, inclusivamente, o Secretário de Estado das Florestas, que foi um dos primeiros impulsionadores das ZIF — tanto na qualidade de Adjunto do Secretário de Estado, na altura, como na de autarca —, parece-me que não é intenção política desvalorizar o papel das ZIF. Julgo que, muitas vezes, com a novidade de se criarem instrumentos novos se esquece um pouco os instrumentos antigos e sobretudo no setor florestal, no setor de transformação do território e da paisagem, não podemos esquecer os instrumentos que já demoraram muito tempo a construir, que usaram bastantes recursos e que podem ser aqueles que garantem resultados mais rápidos e mais eficientes.

Portanto, julgo que é mais um esquecimento do que propriamente uma intenção política, mas não estou na cabeça das pessoas para o poder julgar com propriedade.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Passando para um terceiro nível de abordagem, pergunto: que apoios ao setor florestal criam benefícios para os produtores locais e, ao mesmo tempo, podem ser elementos que reduzem os riscos de incêndio?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Muitas das opções dos produtores florestais são feitas com uma racionalidade económica clara, a de um rendimento o mais seguro possível. Tentam maximizá-lo e, portanto, a tendência lógica é a de apostarem em espécies de crescimento rápido, que deem um rendimento mais rápido, para que possam também estar mais rapidamente livres do problema dos incêndios, porque se forem espécies de rotação mais longa a probabilidade de que haja algum incêndio nesse percurso será maior.

A racionalidade dos proprietários privados é evidente e, portanto, se o Estado, o coletivo, quer ter uma floresta de tipo diferente, com mais benefícios sociais, ambientais e ligados também à transição climática, etc., terá de ajudar os proprietários a criar soluções que, do ponto de vista da sua rentabilidade, sejam igualmente atrativas. Isso faz-se noutras áreas e tem havido programas que pagam, digamos assim, a diminuição de produção por alteração das opções produtivas. Julgo que esse financiamento, associado a espécies autóctones de crescimento mais lento, deveria ser bastante majorado e penso que esta é também a altura para que essa reflexão se faça, pois julgo que os fundos do próximo quadro comunitário poderão ajudar a apontar nesse sentido. É uma oportunidade que vale a pena equacionar e eu diria que a própria União Europeia está muito em sintonia, em todas as declarações, com este tipo de floresta que tem mais serviços ambientais. Portanto, o pagamento destes serviços ambientais coletivos, quando justificados, pode

ser uma solução alternativa para os produtores florestais, garantindo e mantendo, ou se calhar até aumentando, o interesse económico das suas florestas.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Ou seja, e voltando às perguntas que coloquei inicialmente, não tendo o Observatório Técnico Independente tido nenhum papel específico no processo de atribuição de apoios à recuperação pós-incêndios, pode o Observatório ter um papel essencial se, na sequência destes incêndios, houver programas de apoios a estas populações, a estas populações, a estas zonas, a estes territórios que permitam uma mudança de paradigma da floresta e que se constituam como uma medida de prevenção de incêndios. Nesse sentido, era necessário que houvesse apoios diferentes para uma floresta diferente.

Aquilo que estou a dizer faz sentido? Ou seja, o conhecimento científico sobre o processo de florestação é, também, uma medida essencial de apoio a uma área que acabou de arder?

O Sr. **Presidente**: — Prof. Francisco Rego, faça favor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Claramente, essa é uma perspetiva bastante importante. Também há uma iniciativa recente do Governo, a dos condomínios de aldeia, que aponta para haver alguma alteração da composição da floresta na zona envolvente, no sentido de as aldeias ficarem mais protegidas pelo que também nos parece que vai no bom sentido.

Mas, voltaria um pouco à minha intervenção inicial, de que, se não tivermos uma visão global do tipo de floresta que queremos e para onde a

queremos — seja perto das povoações, seja em zonas mais específicas —, sem termos esse planeamento, esses planos regionais de ordenamento florestal bem delineados, não vejo como se poderá, a nível nacional, estabelecer critérios que possam conduzir os apoios financeiros para os tipos de floresta mais apropriados.

Portanto, diria que temos esse, se quisermos, pecado original, que acho que valeria a pena corrigir, para podermos estar em linha — até porque estes planos de transformação de paisagem estão todos em aparente contradição com esta manutenção das metas dos planos regionais de ordenamento florestal — e para criar uma certa visão integrada do sistema. Temos sempre insistido nessa matéria e voltarei a insistir.

Gostava de dar uma nota inicial, porque me parece que é uma contribuição que podemos dar. Trabalhámos bastante, fizemos várias análises e estudos técnicos, e continuamos a trabalhar na recuperação pós-fogo da vegetação.

Ora bem, a recuperação pós-fogo da floresta e da vegetação não é, de algum modo, tão diferente da recuperação pós-fogo do património construído, isto é, tem algumas das mesmas regras.

Há uma atuação que tem de ser de emergência; imediatamente após o incêndio tem de haver, no caso do património construído, da habitação, o realojamento das pessoas, a criação de condições de habitação e de vida mais adequadas, portanto tem de haver uma resposta, se quisermos, imediata, rapidíssima. E depois tem de haver uma segunda visão, paralela a esta, que tem que ver com o médio e longo prazo, sobre para onde é que queremos dirigir aquelas áreas, se queremos que elas evoluam no sentido da floresta anterior, que ardeu, ou se queremos aproveitar a oportunidade para a dirigir para florestas que tenham mais interesse coletivo.

Vamos visitar, para a semana, no dia 28, o Pinhal de Leiria, exatamente com o objetivo de perceber se naquela situação de pós fogo se

tem feito aquilo que é possível para tentar conduzir a vegetação para aquilo que são os objetivos de gestão de uma área que, ainda por cima, é, maioritariamente do Estado e, em muitos casos, isso não está a acontecer.

Diria que na parte de recuperação do património construído é um pouco a mesma coisa, deveríamos ter mecanismos quase imediatos, preparados para reação de emergência, para, digamos, reabilitação das pessoas e para a minimização dos impactos imediatos, mas devíamos ter, ao mesmo tempo, a indicação de para onde é que deveríamos conduzir aquelas populações, se deveríamos voltar a tentar reconstruir a situação original e, eventualmente, daqui a uma dúzia de anos, ter exatamente o mesmo problema, ou se deveríamos aproveitar esta situação para reequacionar a forma de construção, a localização e, digamos, olhar para esta reconstrução de uma maneira mais integrada.

Nesse sentido, julgo que aquilo que propusemos para a recuperação das áreas ardidas, que era a constituição, pelo menos na emergência, de um grupo especializado nessa matéria, que pudesse conduzir as operações imediatamente, poderia ser qualquer coisa que também pudesse ser construída para esta reconstrução do património, porque não devemos ficar surpreendidos quando estas situações acontecem.

Elas irão, seguramente, acontecer. Não sabemos quando, não sabemos como, mas elas irão, seguramente, acontecer e temos de estar preparados para dar respostas de curto prazo, respostas imediatas, e respostas de médio prazo, sem ter a necessidade de criar fundos especiais, estruturas especiais que demoram a construir e que, depois, têm as dificuldades que todos conhecemos.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Era esta, portanto, uma das analogias que se propôs no início e que tem, efetivamente, muita lógica. E espero que esta sugestão seja adotada por quem tem esse poder.

Para terminar, gostaria de lhe perguntar se sabe se isto está a ser implementado — não a criação desta estrutura, mas esta prática —, ou se sabe se, nesta situação, neste local, em Castanheira de Pera, em Pedrógão, mas também em Oleiros, também na Sertã, se de facto, existem, estão a ser implementados planos de reflorestação, planos de resolução dos problemas que apontem para a criação de sistemas florestais que sejam respostas sustentáveis, não só de um ponto de vista económico imediato, mas de um ponto de vista também de sustentabilidade social, sustentabilidade ambiental e que funcionem como facilitadores da ocupação do território, que acho que é uma realidade inseparável da realidade da floresta no nosso País. Portanto, isto está a ser implementado neste momento?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Aquilo que temos trabalhado e analisado tem sido, sobretudo, a resposta de emergência.

Na resposta de emergência temos uma pecha, que julgo ser uma pecha nacional: fazemos bom planeamento, criamos bons planos após o incêndio — demoramos algum tempo, mas não demasiado — mas, depois, para o concretizar temos a abertura de um concurso, que demora mais de três meses, depois as candidaturas que têm de ser preparadas e que não respeitam os prazos, as avaliações que não são feitas de imediato, portanto, quando é altura de intervir, já passou completamente a oportunidade. Muitas vezes não é por falta de planeamento, mas é por falta de oportunidade de concretização desse planeamento.

Aqui há sempre uma faca de dois gumes, porque aligeirar o planeamento para que se possa operacionalizar mais rapidamente tem sempre, depois, o risco de poder haver má utilização dos fundos, etc., não é?

Portanto, pode haver esse risco. Mas, por isso, essas entidades deverão ser, no nosso caso, julgo eu, o mais possível públicas e muito escrutinadas. Mas obrigatoriamente, elas têm de dar resposta em tempo útil, para que se possa modificar a floresta.

É que, na grande maioria dos casos, para além dos planos, aquilo que se vê é a regeneração natural das espécies, que fazem o possível por sobreviver — umas, como o eucalipto, com muita facilidade, o pinheiro com menos facilidade, mas também sabe regenerar quando está em condições — , e não aproveitamos a oportunidade para melhorar o sistema, para o reconverter ou para o conduzir, porque, muitas vezes, por exemplo, nas zonas de pinhal o que acontece é que a densidade de pinhal novo, de jovens pinheiros, é muito grande e valeria a pena, logo, fazer uma intervenção, de algum modo, para escolher as árvores que ficariam. Ou, como acontece na Marinha Grande, onde há uma regeneração muito grande de acácias e onde, antes de se fazer qualquer outra coisa, se deveria intervir rapidamente para pelo menos aquela regeneração imediata ser controlada e possibilitar aproveitamentos futuros.

Portanto, diria que muitas vezes há planos — em muitos casos esses planos existem —, por vezes as universidades são chamadas também a contribuir para esses planos, mas a operacionalidade e a efetividade desses planos no terreno deixa, quanto a nós, muito a desejar.

O Sr. **Presidente**: — Terminada a audição do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, passo a palavra ao Sr. Deputado João Dias, do Partido Comunista Português, com o esclarecimento, Sr. Deputado, de que não há nada no Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares que conceda a um

Deputado, em dia de aniversário, o direito de abrir uma audição, pelo que não teve qualquer tipo de primazia, mas dou-lhe agora a palavra, com votos das maiores felicidades para o resto do dia, com boas surpresas.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, obrigado.

Agradeço-lhe duplamente a surpresa que agora me fez, de me «parabenizar», como dizem os franceses. É uma situação de que não estava à espera e fiquei assim um bocadinho... Sou uma pessoa muito emocional e, nesse sentido, fico logo com a garganta um bocado embargada.

Recomeçando, Sr. Presidente e Srs. Deputados, antes de mais, queria agradecer os esclarecimentos que aqui foram feitos pelo Sr. Presidente do Observatório Técnico Independente.

O PCP acompanha muito de perto e valoriza aquilo que tem sido o trabalho do Observatório Técnico Independente e, por isso mesmo, queria dizer-lhe, Sr. Presidente, que muito daquilo que aqui esclareceu está vertido nos relatórios e notas técnicas e, por isso, há esclarecimentos que, para nós, já foram prestados, até na Comissão de Agricultura e Mar, que analisa profundamente os relatórios que nos são enviados e até irei, com base nesses relatórios, esclarecer.

Mas devo sublinhar aquilo que é o centro desta Comissão de Inquérito. Esta Comissão de Inquérito centra-se naquilo que é a avaliação dos apoios decorrentes dos incêndios, que designamos como incêndios de Pedrógão, mas que, infelizmente, foram muito mais além do concelho de Pedrógão.

Ao longo das audições — salvo erro esta é a sexta audição que fazemos no âmbito desta desgraça, deste desastre —, já percebemos que esta Comissão resulta, também, de um agendamento potestativo do PSD, que parecia estar mais preocupado com aquilo que foi o facto de as casas, quando foram reconstruídas, terem ficado com mais um metro de área, ou terem crescido em altura mais de 50 ou 60 cm, ou com o facto de saber se o

reformado, afinal de contas, tem a habitação lá na terra, ou se até tem a habitação em Lisboa, no Porto ou em Coimbra.

O PCP tem esta perspetiva de que nos devíamos preocupar, se calhar mais, com o facto de, por uma questão administrativa, muita gente ter ficado fora dos apoios.

Ou seja, para o PSD fica claro que o que interessa é o particular, é o individual, mas para nós importa aquilo que é uma perspetiva de não transformar as vítimas em culpados. Portanto, não andamos aqui numa caça às bruxas, embora, efetivamente, pareça que esta Comissão de Inquérito foi criada com esse objetivo. Não alinhamos nesse escrutínio e, por isso, não acompanhamos. Aquilo em que nos centramos é em encontrar uma resposta sobre onde é que falharam esses apoios, efetivamente.

E, pela conversa até ao momento, na audição, até parece que não faria muito sentido que o Sr. Presidente aqui estivesse a responder, tendo em consideração o papel e o envolvimento do Observatório Técnico Independente — devo dizer, para quem não sabe, que o Observatório Técnico Independente foi formalmente criado em agosto de 2018, portanto, mais de um ano depois dos incêndios — mas, para nós, é fundamental a sua audição. Aliás, a audição do Presidente do Observatório Técnico Independente resulta de um requerimento do PCP para aqui estar, porque os apoios às populações não se cingem nem se circunscrevem, exclusivamente, à reconstrução das casas, à reposição do potencial produtivo, ou mesmo das empresas, e de muitas outras perdas que aconteceram — até de eletrodomésticos —, enfim, de muitas coisas.

A sua audição aqui é relevante porque consideramos que a segurança e a proteção das pessoas são apoios. E é nesse sentido que o quero questionar.

Ou seja, temos de olhar para o que havia antes dos incêndios, temos de olhar para o que foi feito e temos de olhar para aquilo que temos agora. E

estou a falar-lhe, desde já, em termos desta perspetiva da segurança e da proteção das populações.

Portanto, quero fazer-lhe esta questão: do ponto de vista mais genérico, que avaliação, que apreciação faz da situação, no âmbito do dispositivo de combate a incêndios, naquela região, antes dos incêndios, comparativamente à que temos atualmente?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — É claro que a questão dos apoios do Estado é fundamental se queremos ter uma floresta diferente, se queremos ter pessoas na região. Portanto, de facto, a condição dos apoios é fundamental na recuperação, depois de um desastre daqueles.

Sobre a questão da segurança e da proteção das pessoas, nestes casos em que há grandes incêndios nestas zonas, gostava também de dizer o seguinte: a floresta demora algum tempo a reconstituir-se e, durante alguns anos, aquelas populações estão em segurança porque o combustível ainda não está lá. É uma segurança completamente fictícia e temporária, porque, se não fizermos nada, reconstitui-se com uma velocidade muito grande. Diria que, do ponto de vista, se calhar, imediato, a segurança daquelas populações temporariamente fica beneficiada, mas é uma segurança perfeitamente temporária e ilusória.

Nesse sentido, era fundamental aproveitar a oportunidade para, de facto, fazer as transformações necessárias para tornar aquela floresta e aquela vegetação à volta das casas, a médio prazo, mais segura para as pessoas.

Do ponto de vista da segurança, fomos também bastante críticos em relação a algumas das medidas que foram utilizadas e das imagens que foram postas na comunicação social sobre o deserto à volta das casas como uma solução para garantir a segurança das pessoas. Do ponto de vista da imagem

foi infeliz, porque nem sequer correspondia à ideia dos promotores, julgo eu, mas, muitas vezes, a comunicação tem destas coisas.

Em muitos casos, é preferível ter florestas com folhosas que possam aproveitar aquelas zonas que, muitas vezes, até são bastante férteis, porque eram as zonas das hortas abandonadas. Assim, poderiam aproveitar aquela zona para uma boa arborização, com florestas de outro tipo e que melhorariam a segurança das pessoas.

Sobre a segurança, temporariamente, estariam mais seguras e, por outro lado, há a questão da memória, que também me parece muito importante. A memória dos acontecimentos trágicos tem o seu efeito, mas é um efeito também temporário infelizmente. É muito importante para esta Casa que se respeite a memória e foi muito interessante que a própria Assembleia da República tenha criado um dia associado às vítimas dos incêndios. Enquanto se respeitar e mantiver viva essa memória, a segurança das pessoas fica melhorada e a segurança dos agentes também. A Proteção Civil e a GNR têm trabalhado bastante bem nessas áreas.

Preocupam-nos muito — temos tido bastante essa discussão — as áreas que não arderam, que são as áreas que estão em risco. Esta situação é, muitas vezes, esquecida nestas apreciações gerais. Temos, com certeza, de recuperar e de melhorar as zonas à volta das zonas que arderam, mas que estão, pelo menos temporariamente, protegidas, mas temos, sobretudo, de dar uma atenção muito grande às zonas que não arderam e que estão em risco de arder. Nesse sentido, temos chamado à atenção para um problema grande, que é o problema da carta de perigosidade que os serviços oficiais têm estado a utilizar.

A carta de perigosidade é feita com base também na frequência dos incêndios. Ora bem, se há zonas que têm incêndios frequentes, que arderam há pouco tempo, essas zonas são as que, conjunturalmente, têm menos perigo de incêndio naquela situação, e as zonas que não arderam há bastante tempo,

que não têm um histórico de incêndios, são as que estão prontas para arder na próxima conjuntura. Portanto, quando se fazem cartas de perigosidade, estamos a fazer o raciocínio ao contrário. Temos de centrar as nossas atenções para as áreas que estão, agora, em risco. Essas áreas são, muitas vezes, esquecidas em detrimento das áreas que arderam e, depois, é tarde demais, porque ardem no ano seguinte.

Portanto, diria que vale a pena ter um olhar muito especial também para as zonas que estão em risco, que não foram as que arderam, e concentrar o esforço de recuperação nas áreas que, de facto, arderam, mas que estão temporariamente mais em segurança.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Desculpe querer objetivar, mas a verdade é que o incêndio prova que, pela sua dimensão e tragédia, com perda de vidas e de muitos bens materiais, se falhou em termos de proteção e de segurança.

Com as medidas que foram implementadas no terreno, queria saber se estamos no caminho de ter, efetivamente, uma proteção naquela região e naquele território. Há algo que tem de ser feito, que é aprender com os erros.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Diria que está a fazer-se algo significativo do ponto de vista da proteção das casas e da atuação da GNR, nesta matéria damos pontos positivos. Do ponto de vista da recuperação da floresta e da sua modificação, no sentido de tornar aquelas zonas mais resistentes, a realidade é muito pouco diferente do que era anteriormente para podermos estar satisfeitos com o que tem acontecido após os grandes incêndios.

Por isso, pusemos aquela frase no último relatório: não estamos livres de grandes incêndios nas zonas que não arderam e de voltar a ter grandes incêndios, daqui a alguns anos, nas zonas que arderam, se não se fizer nada dentro substantivo nestas áreas.

Julgo que as intenções e os programas estão aí, mas que a concretização tem falhado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem novamente a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Portanto, uma das coisas que gostaria de saber é se agora existe mais capacidade instalada ou não.

Outra situação que, para nós, também é importante tem que ver com a rede de faixas de gestão de combustível, que também deve ser efetivamente concretizada, mas, sem apoios, não se consegue fazê-lo. Queria questioná-lo sobre quem deveria assegurar essas faixas de gestão de combustível e com que apoios.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Claramente, julgo que, do ponto de vista da prevenção, como disse, há melhorias no sentido de uma maior sensibilização e na atuação da GNR, sobretudo. Por parte da reconversão da floresta, não. Julgamos que é insuficiente.

A questão que agora pôs, sobre as faixas de gestão de combustível, é fundamental porque, depois dos incêndios de 2003-2005, o País apostou decididamente no modelo de faixas de gestão de combustível: rede primária, rede secundária, etc. Tem sido mais uma realidade virtual, em muitos casos, do que uma verdadeira realidade. Há intenções de se fazer essa rede primária em muitas áreas do País e, depois, há a constatação de que os recursos

financeiros que são postos à disposição pelo Estado para o fazer não chegam para manter, de uma forma sustentável, essa rede e, portanto, fala-se de uma rede prioritária e em fazer um terço da área em vez de fazer as faixas todas, etc. por haver falta de financiamentos.

Tem sido muito interessante e temos tido audições de outras entidades, entre as quais a EDP e a REN (Redes Energéticas Nacionais), que, também, gastam um orçamento muito significativo na limpeza de algumas daquelas áreas associadas às suas linhas, mas que, do ponto de vista da progressão dos incêndios, são completamente ineficazes. Está mais do que demonstrado que estas áreas não contêm a progressão dos incêndios. Eventualmente, devia haver uma canalização ou uma otimização dos financiamentos dessas entidades, que gastam também vários milhões de euros por ano nessa matéria, no sentido de se construírem infraestruturas que, de facto, fossem mais úteis para o País. Isso não está equacionado, não está feito, mas julgo que era um caminho a fazer, porque o Estado tem muita dificuldade, pelo menos até agora, em canalizar financiamento para a realização das faixas e para a sua manutenção — uma coisa é criar as faixas e outra coisa é mantê-las, de forma sustentável — e garantir esse mesmo financiamento. Fica-se sempre num meio gás de redes meio feitas e meio por fazer e, depois, não têm a eficácia que deveriam ter.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Portanto, o que me disse foi que a realidade das faixas de gestão de combustível é virtual e só seria possível se houvesse apoios efetivos. Neste aspeto, os apoios falham. Confirma?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Confirmando, os apoios, pelas verbas que estão alocadas à realização das faixas e sua manutenção, não são suficientes para chegarem à quantidade de rede primária que está prevista. É evidente que, depois, se pode ajustar a previsão para ser ajustada ao financiamento, mas é como o lençol que fica curto: ou se tapa os pés ou a cara.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Passando para a Nota Informativa n.º 1, de 2020, que analisa o Dispositivo de Combate a Incêndios Rurais, na página 13, refere-se a necessidade de revisão das metas de ocupação por espécie, estabelecidas pelos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), que decorre da «necessidade de adequar o coberto florestal à redução do risco de incêndio, através da redução da área das espécies mais inflamáveis como o eucalipto e o pinheiro bravo e a inversa expansão de espécies folhosas como os carvalhos».

Não considera que é importante dar resposta a esta questão, bem como levar a cabo a sua consequente concretização? Nomeadamente, que apoio falta para que se consiga salvaguardar a segurança da população através da introdução de espécies arbóreas mais resistentes?

O Sr. **Presidente**: — Prof. Francisco Rego, faça favor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Julgo que a questão dos PROF já foi aqui também falada. Continuamos a centrar muito a nossa análise na necessidade de revisão dos PROF, mas, sobretudo, nestas zonas próximas das aldeias, é absolutamente essencial que essa reconversão se faça.

Neste aspeto, os apoios podiam ser através deste novo pacote dos Condomínios de Aldeia, mas não podem ser em zonas-piloto, tem de ser algo extensível ao País, que tenha uma dimensão e um financiamento suficiente. Julgo que o caminho pode estar por aí, mas tem de ser claramente potenciado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Na página 9 da mesma Nota Informativa n.º 1, está referido que se considerou «como fator relevante na definição da dimensão dos incêndios, a rapidez da primeira intervenção...» (ATI – Ataque Inicial), «... em particular em condições meteorológicas severas. Em muitas regiões do País, o tempo da primeira intervenção encontra-se ainda acima dos 20 minutos».

Pergunto-lhe se, em Pedrógão, neste momento, o tempo da primeira intervenção se mantém nos 20 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, pode responder.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Pois, não consigo responder assim claramente. O que é conhecido é que o dispositivo deste ano, sobretudo no ataque inicial, é muito semelhante ao do ano anterior. Há menos dois equipamentos, mas, genericamente, é próximo e mantém as características gerais.

Na análise que fizemos, há, de facto, várias regiões do País em que o tempo de intervenção não consegue ser inferior aos 20 minutos, sendo que 20 minutos já é até, de facto, um pouco excessivo.

Temos um País que, em média, responde bem, em termos de ataque inicial. Em noventa e tal por cento dos casos, as intervenções podem ser

abaixo dos 20 minutos, mas o «diabo» está nos 5% em que essa situação não acontece, o que pode, de facto, conduzir a incêndios muito graves.

A contratação de novas equipas de sapadores florestais poderá, se forem bem localizadas, colmatar essas falhas mais locais, mas tem de haver, de facto, um trabalho fino para perceber qual é a localização ideal dessas equipas. Pelo menos, do nosso conhecimento, não sabemos se esse trabalho fino está a ser feito. Gostaríamos que o estivesse a ser.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra, para prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Professor, a Nota Informativa n.º 1/2020 diz que o «Observatório já chamou a atenção para o risco de que o planeamento operacional tenha por base esta cartografia...», ou seja, a cartografia apresentada nesta Nota Informativa, «... uma vez que classifica como de alta perigosidade zonas recentemente percorridas por incêndio». Já falou nisso, esta tarde. «Este processo resulta na sobrevalorização do risco de incêndio em áreas já ardidadas em detrimento de outras zonas do País com maior risco potencial».

Na sua opinião, qual devia ser a dinâmica de produção de cartografia de risco de incêndio?

Também já nos deixou a porta aberta para outra questão, que é esta: quando é que estas áreas percorridas por incêndios voltam a deter o risco de perigosidade elevada que detinham?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, a primeira questão, sobre a carta de perigosidade, é essencial.

Julgo que o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), com o apoio do IGOT (Instituto de Geografia e Ordenamento do Território), penso eu, produziu uma nova carta de perigosidade, a qual estivemos a comparar com a anterior. De facto, depois do processo de uma adjudicação de — julgo eu — 150 000 € a uma entidade para produzir uma nova metodologia de cartografia da perigosidade, o resultado final é muito parecido com o anterior.

No Observatório, vamos produzir uma nota informativa e já pedimos informação ao ICNF sobre a metodologia que foi adotada, que não está, digamos, nos documentos oficiais, porque parece-nos, pelos resultados, que se mantêm as mesmas dificuldades e os mesmos pressupostos que criticávamos na metodologia anterior.

Parece que, claramente, vale a pena trabalhar essa matéria da perigosidade, porque está a conduzir-se, muitas vezes, os operacionais e o nosso esforço para zonas que, conjuntural ou estruturalmente, não têm o mesmo tipo de problema.

Em relação à outra questão, isso depende da rapidez de recuperação da vegetação. Muitos dos estudos apontam para o facto de que, nos primeiros cinco anos após o incêndio, aquelas zonas estão relativamente pouco expostas a novos incêndios. A partir daí, gradualmente, voltam a recuperar e, tipicamente, as zonas mais produtivas, depois de 12 ou de 15 anos, estão em condições de acumular o combustível que volta outra vez a desencadear o mesmo tipo de incêndios. É uma rotação desse ordenamento, portanto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra, para prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Professor, na página 13 dessa mesma Nota Informativa, a n.º 1/2020, está escrito o seguinte: «O Observatório regista igualmente alguma falta de integração do dispositivo de

combate com o restante dispositivo do Sistema Integrado de Gestão de Fogos Rurais, nomeadamente em relação às componentes de vigilância, deteção, defesa das populações ou investigação das causas. A pouca integração destes aspetos resulta da falta de organização de um verdadeiro sistema integrado com coerência territorial».

Não considera que a resposta cabal a esta questão, ou seja, a de integrar tudo isto no sistema, é o apoio devido às populações? Questiono não só do ponto de vista material, mas principalmente do ponto de vista psicológico. Esta é uma questão que devia ser respondida, porque é muito importante. Não estará o Governo também em falta para com as populações, nomeadamente em relação ao que consideramos que devia ser o apoio?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, a questão da integração é muito importante.

Depois de 2005/2006, houve, de facto, a criação de um sistema baseado em três pilares: um ligado à prevenção estrutural do ICNF, outro ligado à prevenção operacional da GNR (Guarda Nacional Republicana), para reduzir o número de causas, e ainda outro ligado mais ao combate da proteção civil, com os bombeiros.

A apreciação que fizemos dessa estrutura — que, aliás, foi feita pela Comissão Técnica Independente (CTI) desta Assembleia — foi a de que faltava a tal articulação, a tal integração das várias entidades, para que aquilo que se pudesse fazer num determinado setor pudesse ser útil para o outro. Por exemplo, se as redes primárias de faixas de gestão de combustível não forem utilizadas pelo dispositivo de combate, não são úteis. Só são úteis se forem planeadas, pensadas e utilizadas pelo dispositivo de combate. Sem

isso, não têm grande utilidade. Portanto, essa exigência de integração é muito importante.

O planeamento, a nível nacional, devia ser feito mais pela AGIF (Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais), para tentar integrar as várias entidades. Também temos sido, de certo modo, críticos de alguma falta de resposta da AGIF em relação a essa integração, sobretudo porque, na primeira proposta do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, havia quase o desaparecimento do âmbito municipal nesta matéria — dos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios —, o qual continuamos a considerar absolutamente central, muito mais próximo das populações, onde parte dessa integração deve ser colocada.

Portanto, um nível municipal, mais um nível regional, mais um nível nacional obrigaria a que essa integração dos vários níveis do dispositivo fosse feita a estas várias escalas.

Na nova versão, aprovada pelo Governo, do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, volta a aparecer com mais evidência a escala municipal, os planos municipais. Julgo que é nessa escala municipal que muita dessa integração pode ser feita, sendo visível para a população em geral, porque é com esse nível que a população está mais em contacto, e percebendo o que está a acontecer e o que não está a acontecer.

Julgo que é bom sinal que a escala municipal se mantenha e que muita da integração se faça por aí, para responder às necessidades das populações.

O Sr. **Presidente**: — Pela sigla «AGIF», V. Ex.^a pretende designar...?

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Sr. Presidente, é a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais que foi criada na sequência da proposta da Comissão Técnica Independente, que foi, por sua vez, criada por esta Assembleia.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Professor. Todos os Srs. Deputados o sabem, mas é mais para benefício de quem nos ouve.

É, agora, a vez do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado Santinho Pacheco.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Presidente, queria cumprimentar muito respeitosamente o Sr. Prof. Francisco Rego e dizer-lhe que é com muito gosto que o vemos nesta Comissão de Inquérito, embora esta Comissão de Inquérito não seja fácil, porque até dói reviver, três anos depois, aqueles dias de morte e de fogo que percorreram o território. Mas temos a certeza de que reviver esses dias é, também, aprender, porque, na verdade, temos sempre muito a aprender com as situações do passado.

Feito este cumprimento e relembradas as vítimas deste trágico acontecimento, vou entrar imediatamente no assunto que nos traz aqui.

A Comissão Técnica Independente visou uma análise célere e o apuramento dos factos relativamente aos incêndios que ocorreram em Pedrógão Grande e nos territórios vizinhos, entre os dias 17 e 24 de junho de 2017. Esta Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar visa a atuação do XXI Governo Constitucional, no que respeita ao processo de atribuição de apoios na sequência dos incêndios referidos. O PSD está na origem de ambas as comissões. Ao fim de três anos, descobriu que a CTI, ou o Observatório Técnico Independente que lhe sucedeu, não respondia às suas dúvidas, por isso, com o objetivo que consta da sua proposta, aqui estamos nós.

O Sr. Professor preside a um observatório independente, técnico, não político e muito menos partidário. Foi com esse olhar que visitou Pedrógão várias vezes, acompanhado pelos seus colegas da Comissão Técnica Independente, após o incêndio. Não eram os apoios atribuídos às vítimas que

vos preocupavam. O que vos preocupava era uma missão importante: saber por que razão houve aqueles incêndios e por que razão houve tantas vítimas.

Estarei errado nesta conclusão, Sr. Professor?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, completamente. Não serei eu a responder pela Comissão Técnica Independente, mas fiz parte dela e confirmo completamente que o nosso mandato estava centrado na origem, nas causas, no desenvolvimento do incêndio e nas consequências.

A questão dos apoios do Estado à recuperação não fazia parte do caderno de encargos da Comissão Técnica Independente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Professor, posso, por isso, tirar a conclusão de que a postura da Comissão Técnica Independente estava para além do objeto desta comissão e que são duas coisas completamente distintas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, no início da minha apresentação, referi que tanto a Comissão Técnica Independente como, agora, o Observatório não tiveram, no seu mandato, essa incumbência de olhar para os apoios do Estado à reconstrução do património.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Professor, que conhecimento concreto e factual tem o Sr. Professor, enquanto membro da Comissão Técnica Independente e atual Presidente do OTI, sobre o apoio e a indemnização às vítimas? Tem algum conhecimento direto?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, como disse, os conhecimentos que temos sobre esta matéria são os conhecimentos do público em geral. Isso nunca nos foi solicitado, nem nunca tivemos essa iniciativa de olhar para esta questão dos apoios públicos do Estado de forma específica.

De facto, é como digo: essa questão não foi objeto de nenhuma análise específica por parte do Observatório, para além daquilo que é do conhecimento público.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Professor, posso, por isso, deduzir que não participaram no processo conduzido pela Sr.^a Provedora de Justiça? Processo esse que foi um êxito absoluto, até pela sensibilidade psicológica do tema a tratar, que era o de indemnizar as famílias das vítimas, dos feridos graves e das fatalidades acontecidas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, de facto, não participámos em nenhuma dessas iniciativas. O que conhecemos é do conhecimento público.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sr. Deputado.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — A CTI — e permitam-me voltar a este assunto —, que, de certa maneira, advém da existência dos incêndios de junho de 2017, considera dramática a ausência generalizada de serviços municipais que dessem instruções válidas às populações. Sinceramente, acredita que, à velocidade com que o fogo se apoderou do terreno, tal pudesse ter sido eficaz?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Se calhar, há que olhar para o incêndio de Pedrógão em vários momentos. Houve o momento inicial, em que, de facto, o fim de tarde foi completamente explosivo e era muito difícil haver intervenção com mais eficácia e resultados. Mas, enfim, isso também não dispensa o facto de que ela poderia não ter sido eficaz mas poderia ter existido com mais... Poderia ter existido, mas duvido que tivesse sido eficaz.

A minha convicção pessoal é a de que, com as condições do incêndio, qualquer coisa... Digamos, com aquilo que estava à nossa disposição, era muito difícil que isso tivesse alguma eficácia e aproveitamento para dizer que ainda agora a compreensão do fenómeno de Pedrógão Grande, isto é, do comportamento do incêndio, ainda não está completamente regulada pela ciência. Os modelos existentes não previam comportamentos daquele tipo e, portanto, são fenómenos extremos que, como tal, aparecem muito raramente

e, portanto, são muito pouco estudados do ponto de vista científico e muito difíceis de prever.

Nesse sentido, eventualmente, a existência de serviços mais estruturados poderia não ser útil, mas isso não quer dizer que não tivessem existido e que não tivessem tentado funcionar naquela circunstância.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Professor, enquanto membro da Comissão, o que conhece do Fundo REVITA?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Peço desculpa por alguma frustração, se calhar, mas o que conheço é o que é do conhecimento público e não mais do que isso. Portanto, nessa matéria, a minha contribuição é muito limitada.

O Sr. **Presidente**: — Pode continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Eu é que peço a compreensão do Sr. Professor para o tipo de perguntas que estou a fazer, mas são importantes para o objeto desta Comissão.

A Comissão Técnica Independente analisou e estudou todo o processo de reconstrução de habitações em Pedrógão, Castanheira e Figueiró dos Vinhos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, faça favor

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Não, não estudou em particular... Mas, para não dizer sempre que não conheço a matéria, gostaria de juntar mais qualquer coisa, que é o seguinte: debatemos o problema e qual seria a nossa contribuição para esta discussão e consideramos que a nossa contribuição talvez fosse mais no sentido de dar alguma indicação do que julgaríamos que deveriam ser os princípios de qualquer processo de reconstrução pós-incêndio.

Nessa matéria, tínhamos alguns princípios que, já agora, gostaríamos de deixar expressos, porque nos parece que é essa a utilidade. Um desses princípios, que já expus um pouco, é o de tentar ter, pelo menos, um planeamento de boas práticas que se desencadeie automaticamente quando acontece um problema deste tipo, para não sermos sistematicamente surpreendidos por estas catástrofes.

Por outro lado, em relação aos fundos, ao Fundo REVITA e a outros, julgo que deveria haver o princípio de que todos os fundos que fossem alocados à recuperação de património deveriam ter um único interlocutor do Estado, ou seja, deveriam verter para um fundo comum, e o Fundo REVITA teve um pouco essa intenção. Estes fundos deveriam reverter automaticamente para um fundo comum para que houvesse também uma gestão comum e uma transparência de todo o processo, para que este fosse muito mais fácil. E, sobretudo, que essa entidade — que poderia ser o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana ou outra entidade deste género — pudesse coordenar o processo desde a inventariação dos prejuízos até à criação do processo de recuperação e ao reconhecimento de quais eram as habitações que deveriam ser reconstruídas e com que prioridade. Na nossa perspectiva, deveria haver apenas um «dono» do problema, que recolhesse os fundos de donativos individuais ou de recursos do Estado e comunitários e que pudesse desencadear os vários níveis, tanto de inventariação como, depois, de atuação e supervisão do que se fazia no seu conjunto.

Pelo que percebemos, houve várias entidades envolvidas — a Câmara Municipal e a Comissão de Coordenação, com certeza, o Instituto de Habitação também — mas, para futuro, deveria haver uma disciplina geral para que quando acontecesse algo se pudesse desencadear um sistema deste género, ou seja, para que se soubesse desde logo quem faz o quê para poder haver apenas um «dono» do problema e todo o processo fosse mais facilmente escrutinável.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Em resumo, Sr. Professor, e não voltando a repisar o assunto, queria dizer-lhe que, em matéria de primeiras ou segundas habitações e da sua deslocalização para sítios mais seguros face à sua perigosidade em locais muito ermos e íngremes, as coisas são o que são e não o que deveriam ter sido. Quer dizer, foi aquilo e foi aquilo mesmo!

Repare, havia disciplina, que é a lei a que todos estamos obrigados e o próprio regulamento do Fundo REVITA. Posso concluir que, se não houve essa preocupação ou determinação no que respeita às casas, quanto aos apoios aos agricultores também ninguém pediu a vossa opinião técnica, acontecendo o mesmo para a reconstrução de empresas ou qualquer coisa dessa natureza?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, faça favor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — É verdade. Fizemos uma inventariação dos prejuízos e das áreas afetadas, com os dados existentes, mas nunca fizemos qualquer intervenção ou apreciação do tipo de apoios e dos mecanismos de apoio constituídos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Professor, em linguagem civil, o que quer dizer «fogo incontrolável independentemente dos meios disponíveis»?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Em linguagem civil, isso quer dizer que não há nada a fazer se não retirar as pessoas.

Este é um problema que não é nacional, é um problema que é posto em todos os quadros de incêndios de extrema gravidade, como na Califórnia, na Austrália... Internacionalmente, reconhece-se que há um determinado tipo de incêndio com uma intensidade a partir da qual não há nada a fazer no sentido do combate. Haverá algo a fazer, com certeza, no sentido da proteção das pessoas e bens, da previsão do comportamento e de preparar as pessoas que estão no caminho do fogo para que saiam do local ou se defendam. Ou seja, não há nada a fazer no sentido do combate direto mas há muito a fazer no sentido da proteção das pessoas e bens, e é essa a única capacidade que existe.

Os meus colegas australianos diziam-me muitas vezes que nos incêndios que vinham, sobretudo, do interior da Austrália para o exterior, que é a parte florestada, era política assente deixar o fogo chegar à praia e tirar as pessoas do caminho. Pode parecer que é estar a «deitar a toalha ao chão», mas este é um reconhecimento que não deslustra ninguém. É apenas o reconhecimento de que a partir de um determinado nível há uma incapacidade geral, que não é de criticar porque é mesmo assim, de ataque direto às chamas e, portanto, a única solução é minimizar os prejuízos,

retirando pessoas e bens. Um aspeto que me parece muito importante, para o qual temos chamado a atenção e que julgo que não está suficientemente trabalhado, é o de que, muitas vezes, o incêndio é incontrolável em algumas partes do dia, sobretudo na parte da tarde e ao cair da noite, mas durante a noite as condições meteorológicas de vento e de humidade dão janelas de oportunidade que não são aproveitadas.

O aproveitamento dessas janelas de oportunidade durante a noite, que são muito menos visíveis mas muito mais eficazes, só pode acontecer quando o fogo deixa de ter esse comportamento incontrolável, diminuindo a sua intensidade e passando a poder ser atacado por meios diretos ou indiretos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Santinho Pacheco (PS)**: — Sr. Professor, faço-lhe uma pergunta muito importante: como foi possível o inferno da EN 236-1 (estrada nacional n.º 236-1)? Significou que não havia plano de evacuação ou que, naquelas condições do incêndio, com ou sem plano não haveria evacuação possível? Pode-se dizer que o terror ajudou a fazer o resto?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Na análise que fizemos do incêndio, julgo que a Comissão Técnica Independente foi muito cuidadosa nessa matéria, porque é uma resposta muito difícil de dar se «sim» ou «não».

As condições eram extremamente complicadas e era muito difícil fazer-se diferente do que se fez. Seria possível fazer diferente e isso teria alguma consequência? É possível, mas julgo que ninguém está em condições de dar uma resposta de «sim» ou «não». É possível, talvez, mas eu

continuará a manter o cuidado que a Comissão Técnica Independente teve, na altura, ao fazer essa apreciação, porque é muito difícil que haja uma resposta simples a um problema tão complexo.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Professor, a Comissão Técnica Independente e, agora, o OTI valorizam muito o ataque inicial nos fogos rurais. Pergunto: correu mal o ataque inicial em Pedrógão? Foi subavaliado o risco de propagação rápida do fogo? Foram desvalorizadas as condições atmosféricas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Pois, também aqui há indicações de que o ataque inicial poderia ter corrido melhor, poderia ter funcionado melhor, mas as condições eram, de facto, muito complicadas. Tenho um bocadinho a mesma resposta, se calhar pouco conclusiva mas é, eventualmente, que o ataque inicial podia ter corrido melhor, mas era muito difícil, de qualquer forma, que ele acontecesse.

Quanto a lições aprendidas, temos a lição de que, de facto, a importância do ataque inicial e a velocidade da chegada dos primeiros meios é completamente determinante.

Portanto, aí não foi tão rápida como eventualmente poderia ser, se o dispositivo fosse mais completo, mas continua a ser muito difícil fazer uma resposta muito simples a uma situação que é de grande complexidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Quando referem que é preciso apostar na profissionalização, que é necessária formação e qualificação dos agentes, a quem se dirigem em concreto?

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Este é um tema completamente central e, mais uma vez, estamos a fazer um estudo técnico sobre a questão da formação e qualificação dos agentes do sistema. E esta é uma questão que é transversal a todos os agentes do sistema.

O País está relativamente bem preparado para os incêndios de pequena escala, para as situações que não sejam de condições extremas. Mas para condições tão extremas como as de Pedrógão e como outras que poderão acontecer no futuro, o País não está preparado. Portanto, isso exige uma ênfase cada vez maior na formação e na qualificação dos agentes.

Temos aí uma situação muito complicada, porque não há um quadro estabelecido de formação dos agentes do setor. Há muita formação que é feita dentro da própria casa. Vamos pensar, por exemplo, na GNR, que faz formação dos GIPS, que são os Grupos de Intervenção de Proteção e Socorro, mas é uma formação feita dentro da casa e que não é transferível para outros setores. A Escola Nacional de Bombeiros faz também determinado tipo de formação.

Portanto, há entidades que fazem formação, há agentes que recebem formação de outros, mas não há um quadro de formação e de qualificação que seja global, que seja conhecido e que seja exigente.

E essa situação é perfeitamente fundamental. Se quisermos ser mais concretos, temos, por exemplo, a parte da formação que detetámos, também, nos incêndios de Vila de Rei, Mação e no incêndio de Monchique; a parte de formação de alguns dos agentes na utilização do fogo técnico, à noite, para controlar o incêndio era muito reduzida, as pessoas tinham pouco

conhecimento dessa técnica e eram, portanto, conservadoras na sua utilização.

Há formação em determinadas áreas que deve ser mais completa, mais exigente. E essas necessidades de formação e qualificação perpassam por quase todos os elementos do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais e estamos a trabalhar, aliás, em contacto com a AGIF (Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais), no sentido de que a nossa contribuição possa ser útil para o trabalho que eles também estão a fazer na área da formação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Professor, o incêndio de Pedrógão, com uma área ardida de quase 30 000 ha, ficou marcado pela perda de vidas humanas. Em 20 locais diferentes, num perímetro de 20 km², ocorreram 64 fatalidades.

Confirma que, em todos os locais visitados, nenhum apresentava indícios de aplicação de medidas de gestão de combustíveis?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, faça favor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Esse trabalho de análise da gestão de combustíveis foi bastante detalhado no relatório da Comissão Técnica Independente. Portanto, na maioria dos casos havia, de facto, falhas significativas na redução dos combustíveis, em particular nas estradas em que ocorreram muitas das fatalidades. Portanto, essa necessidade de reforçar a gestão de combustíveis ficou claramente determinada. E julgo que foi também importante para aquilo que se sucedeu na sequência, com um enfoque muito grande nesta área de gestão de combustíveis ao longo das faixas das estradas da rede secundária e também

da rede primária, apesar de continuar a haver, em muitos casos, um não cumprimento dessa obrigatoriedade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Professor, considera que havia, nas circunstâncias verificadas, alguma hipótese de evitar aquelas fatalidades? O que é que podia ter sido feito de diferente?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Pois, diria que os fatores de contexto são aqueles que poderiam, de facto, determinar que o incêndio tivesse um comportamento diferente.

E os fatores de contexto são, outra vez, o tipo de combustível, o tipo de gestão e da redução de combustível, que não foi feita, digamos, a grande extensão das áreas de monocultura de eucalipto e de pinheiro não geridas.

Portanto, se quisermos, se esses fatores de contexto mudarem, podem, de facto, conduzir a comportamentos de incêndio diferentes.

Em caso de falha do ataque inicial — e é sempre uma possibilidade, mesmo que haja, digamos, um dispositivo muito forte —, com condições meteorológicas daquelas, com aquela acumulação de combustível, muito pouco seria diferente, o comportamento do fogo seria, claramente, aquele.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Falharam, claramente, os avisos e os estados de alerta à população, certamente, porque é extremamente curioso verificarmos que uma parte significativa das mortes aconteceram em fuga e

que as casas de onde fugiam acabaram por não arder. Isso é extremamente significativo para a falta de segurança das pessoas a viverem nas suas próprias casas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para comentar.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Tem toda a razão. Aquilo que dizia que não seria diferente era o comportamento do fogo. Portanto, o comportamento do fogo, dadas as condições de contexto, seria aquele. As consequências seriam diferentes se houvesse, de facto, uma comunicação e uma preparação de todos para este acontecimento e um aviso atempado.

Um aviso atempado com indicações precisas, porque não era, também, muito claro, na altura, se as indicações seriam para evacuar bastante tempo antes ou para ficar em casa naquela altura.

Portanto, as decisões de evacuação ou de manutenção dentro das casas dependem da própria progressão do incêndio, da velocidade e da importância da comunicação. Nesse sentido, julgo que este Programa Aldeia Segura e Pessoas Seguras e o enfoque que a Proteção Civil e a GNR têm feito nesta matéria são contributos muito significativos e que melhoraram o sistema.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Professor, 11 *briefings* em poucas horas, para visitantes ilustres no posto de comando, o que transformava o comandante mais num relações-públicas do que num operacional.

Isso mudou — como mudou muita coisa, positivamente — depois do fogo de Pedrógão?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Sim, julgo que esse foi um aspeto que tem um certo simbolismo, se quisermos, mas que também tem um significado operacional. E aqui registre-se que, tanto o Presidente da República como o Primeiro-Ministro, todos deram indicações no sentido de deixar aos operacionais tempo e espaço psicológico para se focarem no combate ao incêndio e não terem de estar a distribuir o seu tempo pelas visitas de entidades que não têm essa incumbência.

Nós próprios, em termos do Observatório, expressámos o interesse, à Proteção Civil, de acompanharmos alguns incêndios, o que nos foi recusado, com toda a lógica, porque nos diziam: «...não temos condições para assegurar um bom acompanhamento nem temos condições de divergir, na atenção, dos grandes incêndios. Portanto, os elementos do Observatório, quando quiserem, podem assistir ao incêndio, mas de longe, sem interferir minimamente na condução das operações».

Esta foi uma postura da Proteção Civil, que foi uma recusa ao Observatório, mas foi uma recusa lógica, que compreendemos, aceitamos e realçamos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Santinho Pacheco (PS)**: — Sr. Professor, a lição de Pedrógão — evitar mortes e a perda de habitações —, alterou o objetivo do combate aos fogos rurais, passando a prioridade a ser defender os perímetros urbanos das povoações?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, faça favor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Essa dicotomia de proteção civil e proteção florestal é uma dicotomia extremamente importante.

As equipas têm de ter uma defesa e um ataque e as duas têm de funcionar. Portanto, o enfoque, muitas vezes, na proteção das pessoas e bens, que tem de ter a prioridade, não dispensa que o ataque ao incêndio possa também ser o mais eficaz possível.

Tem de haver, simultaneamente, esta dualidade e, em simultâneo, parte da equipa dedicada à proteção das pessoas e bens e parte da equipa, em coordenação, dedicada ao combate dos incêndios florestais. Isso julgo que foi uma lição que Pedrógão ajudou a perceber.

O enfoque na proteção de pessoas e bens não é suficiente. Jogar à defesa, geralmente, não é suficiente para se ganhar o jogo. Tem de se jogar à defesa e ao ataque também. Portanto, essa dupla valência foi bastante conhecida e julgo que está, de algum modo, a ser interiorizada, quando se fala numa diretiva única de prevenção e combate. Tem de haver uma lógica conjunta, mas tem de haver especialização e profissionalização dos agentes para uma função e para outra.

O Sr. **Presidente**: — O Partido Socialista terminou, assim, a sua intervenção.

Passo a palavra à Sr.^a Deputada Emília Cerqueira, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, antes de mais cumprimento o Prof. Francisco Rego. Aliás, já nos encontramos variadíssimas vezes, noutras circunstâncias, sempre no âmbito das funções, quer na Comissão Técnica Independente, quer agora quer mais tarde, no Observatório.

Portanto, vamos acompanhando sempre o seu trabalho e o do Observatório, no seu conjunto, com muita atenção. Encontrámo-nos, inclusive, no Pinhal Interior, logo após os incêndios, numa das visitas que fizemos no âmbito da comissão de ambiente e de agricultura ou do grupo de trabalho de acompanhamento da problemática dos incêndios, já não tenho muita certeza, mas já nos encontramos, quer no terreno, quer localmente.

Permita-me, Professor — e compreenderá também — um aparte inicial que vou fazer. Acho que é muito importante que tenhamos a noção de que esta Comissão de Inquérito, para nós, também é uma homenagem às vítimas e a toda aquela população martirizada. É que consideramos fundamental que se faça justiça, quer àqueles que perderam a vida, quer àqueles que viram os seus projetos de vida destruídos pela garantia de que se fez aquilo que era o melhor por eles e que se aplicou aquela que foi a ajuda dos portugueses, quer vinda do território nacional, quer vinda da diáspora, que, aliás, é muito importante naqueles territórios, é uma força fundamental no *apport* e na resiliência daqueles territórios, e, portanto, toda esta gente merece transparência quanto à aplicação dos seus fundos, dos seus dinheiros, do seu esforço. Como já foi dito aqui, o dinheiro dos impostos é público, mas o dos donativos é mesmo sagrado.

Também lhe queria deixar esta nota, porque, naquele momento, toda essa gente foram heróis. Estive lá, Professor, e sei a tragédia que viveram, o quanto tiveram de ser heróis para sobreviver, quer, em termos literais, para preservar a sua vida, quer àquela tragédia, àquela contagem de mortos. É um dia que nunca, na minha vida, esquecerei; costume dizer, a quem me conhece, que o tenho colado na pele, porque nunca me vou esquecer dele, pelo horror que se verificou.

Não é isso que estamos aqui a discutir, mas esta é também uma forma de homenagear as vítimas, não permitindo que, em momento algum, se possa dizer, sequer, que aquele povo não era um povo sério, porque aquele é um

povo sério e merece esta homenagem. E será homenageado e prestar-lhe-emos o devido respeito, quando conseguirmos clarificar o que aconteceu, para que o facto de uma pessoa não ter cumprido ou de um fundo não ter sido bem aplicado não permita que haja uma mancha sobre toda uma população, que não o merece.

Peço desculpa por estes 2 minutos, mas, de facto, tinha de deixar esta nota, porque entendo que não o fazermos é um desrespeito para com o povo e até para com a própria Assembleia, que tem esta obrigação, perante quem nos está a ouvir fora desta sala.

Dito isto, Professor, que considerava importantíssimo, tenho de lhe confessar que o PSD também tem alguma dificuldade em perceber qual é a área específica de atuação do Observatório Técnico Independente (OTI), no âmbito do objeto desta Comissão, mas consideramos que devemos ter várias abrangências para conseguir chegar a conclusões — não é preciso fazer sempre perguntas diretas — e também consideramos que não podemos só fazer perguntas para o relatório, temos de pensar nas pessoas que nos estão a ver e que sentem que precisam de justiça e de respostas. É neste sentido que vou tentar conduzir a minha intervenção.

O Professor disse aqui duas ou três coisas que considero muito importantes. Disse que, após uma tragédia daquelas dimensões, é necessário que as entidades públicas tenham dois vetores de atuação, um vetor inicial, que é o dos princípios de reconstrução pós-incêndio, que tem a ver com o alojamento imediato de pessoas e o encontrar de soluções ou respostas imediatas, e estas têm de ser a prioridade absoluta, e um outro vetor, que é o do território que queremos e para onde queremos ir, em termos de médio prazo.

O que lhe perguntava, Professor, de acordo com a sua própria experiência, com a sua vivência, porque andou muito naquele terreno — e toda uma equipa o acompanhou, mas hoje, como está aqui em representação,

dirijo-me a si, que me pode responder pelo coletivo —, no levantamento feito pela Comissão Técnica e, mais tarde, pelo Observatório Técnico, e por aquilo que lhe foi possível auscultar, percebeu que as prioridades foram bem definidas e que houve respostas imediatas ou acabaram por verificar que os fundos, quando foram aplicados, não foram sempre naquelas que eram as prioridades bem definidas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Como disse, a perceção que pudemos ter foi uma perceção mais individual e menos coletiva. Como todos, a partir do momento em que houve indicação de que havia problemas na alocação de fundos, fomos acompanhando essa descrição.

Mas acompanho completamente o raciocínio, no sentido de dizer que os fundos, sejam do Estado, sejam comunitários, mas também, e particularmente, os fundos de doação de privados têm de ser respeitadíssimos e, portanto, têm de ser muito bem justificados, muito bem trabalhados e tem de haver um escrutínio público sobre eles. Nisso, não tenho dúvida nenhuma.

Agora, digamos, no concreto, se havia dificuldades naqueles apoios, se foram melhor ou pior utilizados, nós não tivemos, de facto, trabalho específico sobre essa matéria e tenho dificuldade em ter uma posição firme sobre a mesma, para além daquilo que é conhecido publicamente.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Tendo em conta e respeitando o que disse, naturalmente, e tendo até a sensibilidade de que me iria dar uma

resposta desse género, queria deixar-lhe uma nota, Professor, que acho importante: nós, aqui, não somos um órgão de polícia criminal, estamos aqui a averiguar aplicações de fundos, priorização e transparência. Nós não somos um órgão de polícia criminal e os crimes serão averiguados. Aqui, quando muito, se houver notícia que nos pareça que possa revestir crime, deveremos encaminhá-la para o Ministério Público.

Mas queria, também, recentrar novamente uma outra matéria que já tem a ver com o âmbito de atuação do OTI, pelo menos dentro daquelas que são as vossas áreas de competência.

Como sabe, dos fundos que chegaram na altura, no pós-incêndio, para a reconstrução, até porque nós temos de ter em conta que esta Comissão de Inquérito abrange todo o tipo de fundos e todo o tipo de intervenção, não a reconstrução das casas — e quero clarificar já este âmbito, para que não haja dúvida quanto a isso —, houve o acionamento do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE), no valor de cerca de 50 milhões. O que lhe pergunto, Professor, de acordo com aquele que é o seu entendimento, e aqui, sim, já dentro daquelas que são as atuações específicas da sua área, é se lhe parece que a utilização de cerca de 26 milhões de euros para veículos e reforço de material de combate a incêndios era a utilização mais adequada do Fundo de Solidariedade da União Europeia.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Aqui, digamos, não vou responder enquanto Observatório, ou enquanto Comissão Técnica Independente (CTI),...

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Enquanto especialista.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — ... mas, digamos, numa perceção mais pessoal.

O problema, e eu assisti um pouco àquilo que aconteceu depois dos incêndios de 2003 e 2005 e também ao acionamento do Fundo de Solidariedade da União Europeia nessa matéria, é que havia uma regra clara, que era a de que esses fundos deveriam ser utilizados, digamos, em equipamentos públicos e não em equipamentos privados. E isso fez com que, na altura, houvesse uma espécie de — em 2005, eu assisti a isso — quase contratualização entre o público e o privado, no sentido de que os apoios que as câmaras podiam dar eram apoios das câmaras e o Fundo de Solidariedade era canalizado para infraestruturas públicas e não para infraestruturas privadas. E, enfim, o que não era gasto e que, muitas vezes, já estava previsto de orçamento público era, de algum modo, substituído ou não era utilizado e dava uma folga financeira para que as câmaras o pudessem utilizar nesses financiamentos privados. E, portanto, eu, não estando dentro das negociações, deparei que muita desta utilização do Fundo de Solidariedade tivesse a ver com limitações da sua utilização, por restrições da própria natureza do Fundo. Não estou seguro desta matéria, mas, assim sendo, poderá ter sentido utilizar os fundos de solidariedade para algum reforço de equipamentos ou dispositivos que as próprias câmaras já estivessem, digamos, predispostas a fazer e que isso libertasse alguma folga financeira para que os apoios pudessem ser mais apoios de Estado. Não faço ideia se foi assim ou não, mas foi a minha leitura, que é uma leitura muito pessoal e, portanto, não estou seguro daquilo que estou a dizer.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Emília Cerqueira, faça favor de prosseguir.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Já agora, e no uso dessa experiência, indo um bocadinho mais à frente, tivemos conhecimento de que foi também usado dinheiro do Fundo de Solidariedade para pagar meios aéreos extras de combate a fogos. Parece-lhe que este era o espírito da utilização do Fundo de Solidariedade europeu, de ajuda à reconstrução, hoje, no pós-incêndio do Pinhal Interior, depois dos grandes incêndios de 2017, Professor?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Mais uma vez, enfim, esse apoio do Fundo de Solidariedade tem um objetivo claro, que é o de repor a situação anterior e, portanto, todas as outras situações, digamos, não são diretamente associadas ao objetivo. Mas pode, de facto, libertar recursos que possam, depois, ser canalizados para esse segundo objetivo. De algum modo, são uma espécie de vasos comunicantes que podem ser utilizados para responder a uma situação, embora esteja de acordo que, de facto, o objetivo inicial não seria, com certeza, esse.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, queira prosseguir.

A Sr.^a **Emília Cerqueira**: — Professor, há mais uma ou duas questões que gostava de lhe colocar, aliás, no seguimento daquilo que acabou de dizer.

A nós, parece-nos, claramente, que o Fundo de Solidariedade da União Europeia destinou-se, sim, em primeira análise, à reconstituição de potenciais produtivos, destruídos por elementos bióticos ou abióticos. Aliás, aproveito para lhe perguntar se esse trabalho foi feito e até que ponto essa reposição dos potenciais foi feita ou se se priorizou outro tipo de utilização dos dinheiros que não aquele para que, à partida, estão destinadas estas

verbas. Portanto, do levantamento no terreno, acha que isso já foi feito, acha que estes dinheiros eram dinheiros que não eram necessários para reposições de potencial produtivo ou, no seu entendimento, enquanto especialista, as prioridades não foram aquelas que deveriam ter sido definidas e colocadas no terreno.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Como disse, a Comissão Técnica Independente não acompanhou, depois, a utilização do Fundo de Solidariedade em relação a esses primeiros incêndios. Aquilo que eu continuo a pensar é que, talvez, a racionalidade da utilização dos fundos do Fundo de Solidariedade tivesse sido feita nesta perspetiva de serem, digamos, vasos comunicantes, também com fundos nacionais, e que isso pudesse, de algum modo, legitimar uma perspetiva de utilização que não era a inicialmente prevista.

Eu recordo-me de que, por exemplo, em 2005, ainda na sequência de 2003, e já no âmbito académico, nós fizemos uma análise, no Instituto Superior de Agronomia, sobre a diferença entre as casas que foram afetadas pelos incêndios e as casas que não foram afetadas pelos incêndios em determinadas zonas do País. Fizemos uma análise estatística comparativa de quais eram as características que diferenciavam as casas que tinham sido destruídas das outras casas e uma das características mais diferenciadoras era se elas tinham, ou não, número de porta. E muitas das casas que foram destruídas e que estavam registadas eram casas que nem sequer estavam legalizadas. Isto não foi, digamos, no âmbito da CTI, foi um estudo académico, mas dá a indicação de que, de facto, muitas das infraestruturas poderão não ter... Se calhar, nem tinham condições de ser oficialmente utilizadas para... E, portanto, há aqui, assim, problemas que são graves, que

precisam de apoios rápidos e, de facto, muitas vezes, as regras do Fundo de Solidariedade poderão também não ser as mais adequadas para responder rapidamente a estas matérias.

Mas, digamos, é uma área em que eu não me sinto completamente à vontade, porque também não tenho o conhecimento profundo da matéria.

O Sr. **Presidente**: — Para terminar, Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Emília Cerqueira**: — Obrigada, Sr. Presidente, será mesmo para terminar.

Professor, para além de lhe agradecer, desde já, a vinda aqui, tenho uma última pergunta, que também diverge do objeto, mas esta audição ficou muito marcada por isso, que é a seguinte: atentas as notícias destes dias, aprendemos alguma coisa, realmente, com a tragédia de 2017?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Julgo que aprendemos muita coisa, as entidades públicas, os cidadãos em geral... A preocupação, a memória de 2017 está ainda presente e, felizmente, os comportamentos vão-se alterando. Já havia uma tendência que vinha sendo registada e que era uma diminuição do número de ocorrências. Portanto, julgo que a diminuição do número de ocorrências, a partir de 2007, também é significativa do ponto de vista da percepção geral e da alteração de comportamentos da população em geral. Portanto, julgo que aprendemos. Houve passos que foram significativos no sentido da proteção das casas, portanto, aí, houve também elementos significativos.

Na alteração da paisagem, na alteração do dispositivo de combate, no sentido, sobretudo, da solidificação das estruturas que a Proteção Civil tem à sua disposição, sobretudo esta força especial da Proteção Civil, que continua em situação de precariedade, julgo que há lições que nós aprendemos, mas que se calhar não chegámos ao fim e, apesar de aprender a lição, não pusemos em prática as lições aprendidas completamente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Professor.

Terminamos, assim, a primeira ronda de perguntas desta audição e passamos à segunda ronda, com intervenções de cinco minutos por cada Grupo Parlamentar, de forma consecutiva, e resposta global, no fim, às questões. Pelo que, desde já solicito ao Sr. Professor que tome notas, pois serão muitas questões.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Fabíola Cardoso, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Fabiola Cardoso** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tem sido muito intenso, mas também de alguma maneira interessante...

Gostava de deixar algumas perguntas na sequência das primeiras perguntas que foram feitas e outras mais gerais.

Fiquei com uma dúvida, talvez nem seja bem uma dúvida, mas julgo que é importante que seja dito aqui: está, ou não, houve, ou não, foi implementado, ou não, um programa de reflorestação naquela zona? Não estou a falar só de um plano, delineado no papel. O que estou a perguntar é se foi, ou não, implementado, agora que passaram três anos, um plano de reflorestação.

Qualquer que seja a resposta, gostaria também de saber, numa opinião técnica, como é que avalia a recuperação pós fogo, especificamente naquela

zona, após os incêndios de 2017. Portanto, de um ponto de vista técnico, como é que pode ser avaliada essa recuperação.

Uma outra pergunta tem a ver com as questões relativas à madeira queimada. O Governo anunciou um apoio de 10 milhões de euros, pouco tempo passado após a tragédia, para valorizar a madeira queimada nesses incêndios e garantir, dessa forma, a retirada da madeira dos terrenos ardidos. Dois anos e meio depois deste anúncio, só foram atribuídos, a associações de produtores e a organizações, cerca de 59 000 euros dos 10 milhões de euros que tinham sido inicialmente previstos. Inclusivamente, segundo noticiam os jornais, não chegou qualquer tipo de apoio para os produtores de Pedrógão.

E gostava de deixar duas perguntas: a primeira é se considera que estes apoios podem ser eficazes na dinamização e na recuperação do setor florestal. São eficazes na redução do risco de incêndio ou, pelo contrário, podem criar incentivos que são, de alguma maneira, perversos? Para terminar, gostaria, ainda, de lhe perguntar o seguinte: se fosse hoje e olhando para a situação atual, há alguns aspetos positivos, que já enunciou aqui, nomeadamente em relação à consciência das populações e ao papel da educação, digamos assim, e do envolvimento das populações, mas considerando outros aspetos mais negativos, que também já enunciou, nomeadamente, os relativos às alterações climáticas, a que assistimos, o que devemos esperar? Este foi um episódio para o qual não temos de nos preparar em termos de possibilidade de repetição ou pelo contrário? E de um ponto de vista técnico, analisando, até, a nível planetário: este tipo de eventos serão recorrentes? Devemos esperar o aumento da sua frequência e devemos, também, se assim for, preparar-nos, seriamente, de maneira estruturada e organizada para lidarmos com isso no futuro?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Dias, do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Professor, a tarde já vai longa e muitos esclarecimentos já foram prestados. Foram abordados aqui temas muito importantes, mas quero voltar a reafirmar a importância da sua presença aqui, nomeadamente, naquela que é a missão fundamental do Observatório Técnico Independente, no seu papel de análise, de acompanhamento e avaliação dos incêndios florestais rurais e do apoio científico que o mesmo presta a esta Casa.

Por isso, seria impossível que o Observatório Técnico Independente não estivesse presente numa Comissão Parlamentar de Inquérito como é esta, porque, para nós, a gestão florestal precisa de apoios. Para fazer gestão florestal nestes territórios, após um acontecimento desta natureza, são necessários apoios. São necessários apoios para a recuperação das áreas ardidadas, são necessários apoios para a mitigação do risco, são necessários apoios para que exista um modelo de organização do território diferente daquele que existia. Portanto, são necessários apoios para diversas áreas — poderíamos aqui enumerar muitas outras áreas e que já aqui foram enumeradas pelo Sr. Professor.

No entanto, há aqui uma área que, para nós, também é fundamental. Nestes territórios de minifúndio, onde estes produtores florestais e a população em geral começaram a ver-se cada vez mais sem serviços públicos, tudo isso contribuiu para a promoção do abandono do território, porque não se gere territórios, não se gere floresta sem pessoas. É com elas que se faz a gestão florestal, é com elas que se faz e pratica a agricultura, a pecuária e que se previnem, por essa via, os incêndios.

Por isso, nós entendemos e consideramos que os serviços de extensão rural, o apoio técnico dado a estes produtores e a estes agricultores seria

fundamental. Nesse sentido, gostaria de perguntar-lhe se houve, ou não falha prévia, porque é importante avaliar o que havia antes, resultando nestes incêndios.

Não responsabilizamos os sucessivos Governos tão simplesmente porque eram eles que estavam no poder na altura. Responsabilizamo-los porque as políticas que eles seguiam e as opções que eles escolhiam vieram trazer as consequências e a dimensão do incêndio, porque o incêndio até poderia ter uma dimensão menor, tivesse aquele território outras condições para resistir ao mesmo. Portanto, gostaria de saber se não falharam estes serviços públicos e se não falhou o apoio técnico científico dos serviços de extensão rural.

Depois, voltando às notas informativas, neste caso, a Nota Informativa n.º 2 do OTI de 2020, é referido, mesmo no final, que, «apesar das melhorias nalguns componentes do sistema, não estamos seguros de que o País esteja suficientemente preparado para enfrentar eventos da mesma magnitude, sobretudo porque as variáveis determinantes permanecem sem alterações estruturais.» Ou seja, gostaria também de perguntar-lhe: isto aplica-se, também, àquele território e à região de Pedrógão? O Observatório Técnico mantém aquilo que refere a nível nacional, em específico e em concreto, também para a região afetada por este incêndio? Que também não está seguro de que sejam suficientes as medidas que têm sido... Que não esteja suficientemente preparada?

Sr. Presidente, foi emitido um conjunto de leis, algumas delas, até em termos técnicos, muito duvidosas, em termos daquilo que seria a sua execução, mas na prática, depois, o que observamos é que é necessário este apoio. Portanto, não considera que o Governo — não costumamos dizer o Estado, porque o Estado somos todos nós — está a faltar com o apoio, quando não se garante, após uma dizimação daquelas, uma outra capacidade de garantir mais segurança às populações?

Para terminar, gostaria de questioná-lo quanto à reposição do potencial produtivo, que é uma área que julgamos ter sido um pouco secundarizada neste Comissão. Ou seja, a reflorestação sustentável só se poderá concretizar com apoios efetivos. Aquilo que está a acontecer, quer no que tem a ver com a estabilização dos solos, e em que o Governo e o Estado deveriam ter tido outra intervenção, atempada e adequadamente, e, principalmente, quanto à proliferação de eucaliptos e de infestantes... Estou a olhar para o caso de um produtor que, onde tinha um eucalipto, tem agora sete ou oito, e que, numa fase inicial, teria um custo para os remover e, agora, terá um custo três vezes maior, porque três anos depois as raízes e toda a dimensão, em termos da infestação, é muito superior. Se não foi apoiado atempadamente, com um custo mais baixo... Agora, vamos ver em quem é recai e se é possível, ou não, ter uma recuperação sem apoios, certamente que, aqui, também estamos a faltar com os apoios. Não concorda, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado João Dias.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Bento, do Grupo Parlamentar do PS.

A Sr.^a **Joana Bento** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de começa por cumprimentar o Sr. Professor. Da ronda inicial ficou claro, logo na sua primeira intervenção, que não se pronuncia sobre o âmbito da matéria, quando foi questionado sobre qual foi a sua atuação no âmbito do processo de apoio que é o objeto desta Comissão. Disse que uma declaração mais específica carece de um trabalho sério antes de se pronunciar com conhecimento de causa. Foi assim que o referiu. Tem um conhecimento que é público e não queria fazer nenhum depoimento sobre o assunto, sem ter um conhecimento mais sério sobre o assunto, como tornou a repetir.

Porém, deixe-me que lhe diga — e que aqui fique claro — que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista aproveitou, por cortesia da sua presença e para aproveitar a sua vinda aqui, para estender um pouco aquilo que era o seu entendimento e o seu conhecimento científico acerca do incêndio, mas sabemos qual é que é o objeto desta Comissão, mas, repito, apenas por cortesia, fomos um pouco mais além daquilo que é o seu objeto.

Todos percebemos que não participou na aplicação de nenhum Fundo REVITA, que não teve contacto com qualquer protocolo existente em termos de apoios. Percebemos que não esteve em contacto com nenhum tipo de decisão de atribuição de equipamentos, de alfaias agrícolas — isso ficou claramente esclarecido no seu depoimento. E passámos esta audição a ouvir, não da sua parte, mas da parte dos partidos políticos, que apoio é que falta?

Provavelmente, isso seria objeto de outras discussões que aqui não estão em causa.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Estão, estão!

A Sr.^a **Joana Bento** (PS): — Porém, sabemos que, até pela justificação que foi dada para a sua presença pelo requerente, o PCP, o Professor começou por dizer que para olhar para a floresta e para a sua gestão temos de olhar de imediato para o pós incêndio. Foi isso que também referiu.

Questiono-o nessa matéria, porque, de facto, trata-se, aqui, de uma matéria de apoio, esta sim, perguntando-lhe se tem conhecimento de que foram disponibilizados, à altura, 15 milhões de euros no Programa Desenvolvimento Rural para a estabilização de emergência, ou seja, para ações que visem minimizar os riscos de erosão, de contaminação das linhas de água e dos declives. Este montante veio a somar aos 13 milhões que já tinham sido alocados anteriormente.

Falou também do Programa Aldeia Segura. Sabe, Sr. Professor, quanto foi gasto neste Programa? Concorda que este Programa é uma consequência, é um investimento que resulta da aprendizagem com os incêndios de 2017? Sabe quanto foi dispendido com a sensibilização nacional sobre a limpeza de faixas de combustão e a limpeza junto aos aglomerados populacionais? Sabe, e termino, qual o valor que era anteriormente dispendido?

Por último, indicou que estava a trabalhar com a AGIF (Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais), no âmbito da formação. Este investimento materializa-se em quanto?

Concorda que esta articulação e esta forma de trabalhar é uma aprendizagem, após o incêndio de 2017?

O Sr. **Presidente**: — Pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra a Sr.^a Deputada Emília Cerqueira.

Faça favor.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente. Também tentarei ser rápida nesta segunda intervenção.

Aliás, como muito bem me lembrou o Sr. Deputado João Dias, do PCP, depois de ouvir a Sr.^a Deputada Joana Bento falar dos 15 milhões de euros disponibilizados, tem toda a razão, esqueceu-se foi da parte que não foram usados, porque depois não foram efetivamente disponibilizados para serem aplicados no terreno. É daquelas coisas a que nós já estamos habituados, e, portanto... Para que as pessoas que nos estão a ouvir tenham a noção de que foram só anunciados, mas, depois, efetivamente utilizados, não foram. Acho que é importante, também, termos esta transparência, que é aquilo que se busca.

Queria ainda deixar aqui outra nota, que é a seguinte: de facto, o que está aqui em causa é mesmo a utilização de fundos. Esse é aquele elemento fundamental dos nossos trabalhos, a utilização de fundos — os que foram ou não utilizados e os que foram ou não disponibilizados.

Nesta segunda ronda quero deixar claro que grande parte da audição que aqui se fez foi uma tentativa de desviar o assunto e trabalhar para o relatório, apenas e só, e o PSD nunca se opõe a que se saia do objeto e não o faz por um motivo muito simples: não porque formalmente não saiba os momentos exatos em que isso acontece, mas porque consideramos que as populações e quem nos ouve merecem mais do que isso, merecem todas as explicações que possa beber em todas as audições que aqui se fazem.

Também merecem ouvir as explicações do incêndio, do que correu bem, do que correu mal, independentemente do que está. Da mesma forma, merecem uma opinião abalizada e especializada, embora eu não tenha estudado especificamente este assunto. Portanto, aproveito para lhe deixar só estas duas ou três questões muito cirúrgicas, porque não vou gastar, sequer, os 5 minutos: se estava ou não nas vossas recomendações e se até hoje foram cumpridas, se não tinha sido fundamental agir nesta área de cobertura de rede ainda naqueles territórios... Aliás, no dia do terceiro aniversário, os Deputados eleitos pelo distrito de Leiria apresentaram uma pergunta ao Governo, precisamente pela situação da falta de cobertura de rede naquela altura, quando todos nós sabemos que a falha de rede e as redundâncias no SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal) se verificaram naquele território.

Pergunto se seria ou não fundamental que os fundos devessem ter sido aplicados para que hoje não fosse necessário questionarmos se houve faltas de cobertura de rede naquele território. E naquele território como em todo o território nacional, também porque às vezes não se tem esta dimensão, mas

a verdade é que se apura a cobertura de rede pelas pessoas que têm acesso a essa rede e não pelo território que tem acesso.

Portanto, se o Sr. Professor puder dar-nos este esclarecimento, acho que seria importante, se não seria uma forma fundamental de fazer face àquelas que eram as necessidades prementes e imediatas daquelas populações. Também para fazer face às necessidades prementes e imediatas daquelas populações, se não era fundamental repor-lhes os seus modos de vida. Ou seja, perderam culturas, animais, rebanhos, ração para os alimentar, houve uma certa altura que a única ajuda de emergência que foi disponibilizada foram uns fardos de palha, não passava disso, tal como a reposição de potencial produtivo de emergência para os animais, estamos a falar sobre animais, portanto, que fique claro.

Tal como para a reposição de emergência e para evitar as contaminações, pergunto se o Professor sabe quais foram exatamente as obras levadas a cabo, imediatamente, para que estes territórios não sofram, para além do que já sofreram, contaminações.

E, finalmente, esta é uma última pergunta: se era ou não a utilização fundamental e fulcral que fosse imediatamente dado corpo a essa necessidade de se evitar que as acácias e todas as infestantes invadissem aqueles territórios. Aqueles territórios, em que tanto se culpa o eucalipto e parece que toda a gente se esquece de que atualmente estão infestados por algo muito mais pernicioso do que qualquer monocultura, que é a cultura espontânea de tudo aquilo que são infestantes e que isso, sim, vai afastar de vez as pessoas desses territórios.

Finalmente, Professor, e é mesmo a última pergunta: acha que isto se resolve só com legislação ou com medidas efetivas e fundos gastos no local?

Muito obrigada por ter vindo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, depois deste pequeno conjunto de questões, eu diria que tem quase todo o tempo para responder.

Tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Depois de um vasto conjunto de questões, vou fazer um vastíssimo conjunto de respostas ou de reflexões, porque nalguns casos são mais reflexões do que respostas concretas. Eu tentaria apanhar, assim, as várias áreas.

Sobre a questão de ter sido implementado ou não um plano de florestação e as questões de recuperação pós fogo.

Do meu conhecimento, aquilo que tem acontecido no território que ardeu em 2017, há, maioritariamente, um exemplo de não intervenção ou de pouca intervenção e há bons exemplos de recuperação, mais pontuais, mais localizados, mas que dão indicação de que há esperança, de que há caminho a fazer e que quando ele é bem determinado, quando as vontades se associam, pode fazer-se caminho. Mas eu diria que a maior parte da área onde houve, digamos, intenções de florestação, de facto, essas intenções não chegaram ao terreno.

E parece-me, de facto, que esta é um bocadinho a tónica geral, porque julgo que o Governo fez — e bem —, muitas vezes, a disponibilização de elementos de financiamento para as várias questões, para a madeira queimada os 10 milhões, que depois só foram utilizados, eventualmente, os tais 59 000; os 15 milhões para a estabilização de emergência, e nesse nós fizemos um trabalho de verificar o que tinha sido aplicado, e, de facto, sobretudo o que é aplicado em tempo útil é quase nada, porque a estabilização de emergência é para se fazer nos 3, 4 meses seguintes.

Retirar a madeira queimada — e, se calhar, nem todos terão consciência dessa questão —, mas o retirar a madeira queimada para que ela tenha utilidade em serração, tem de ser feito nos 3 ou 4 meses antes de

começar... E, portanto, tudo isto obriga, digamos, a operacionalizar, a ter esquemas de operacionalização das medidas muito mais rápidos, e o fator limitante não é, muitas vezes, o financiamento que é disponibilizado. O fator limitante são os mecanismos de operacionalização desse financiamento. Isso acontece nestas várias áreas e julgo ser essa que merece uma preocupação maior, porque o Governo — e bem, quanto a mim — disponibilizou os fundos, mas depois não agiliza, de forma suficiente, os mecanismos para que esses fundos sejam utilizados com o objetivo para que são criados.

Portanto, fica a intenção, mas, depois, ou não se faz intervenção ou quando ela se faz já passou a janela de oportunidade que lhe dava utilidade. E esse é um aspeto que me parece perpassar por quase todos sistemas. Portanto, há aqui que trabalhar na agilização dos mecanismos de implementação, sobretudo daquilo que é a intervenção que tem de ser feita nos 3 ou 4 meses e que não se pode estar a pensar muito. Quer dizer, as receitas são um bocadinho as mesmas aplicadas aos vários incêndios — quando é matéria queimada, tem de ser retirada daí a 3 ou 4 meses, se não perde valor. Quando é erosão, se não se fizer uma intervenção nas zonas mais prioritárias nos primeiros 3 ou 4 meses, o solo perdeu-se e ninguém vai voltar a pô-lo no sítio. Portanto, esse sentido de oportunidade é que é, julgo, a dificuldade fundamental.

Em relação aos apoios, por exemplo, à madeira queimada, se poderiam ter efeitos perversos, é uma questão que foi posta. Muitas vezes se pergunta se estes mecanismos poderão ter, de facto, efeitos perversos, e, em teoria, podem ter. Na prática, não me parece que os tenham. Quer dizer, não é o madeireiro, para comprar a madeira mais barata, que põe o incêndio na floresta, apesar do que possa aproveitar do incêndio para melhorar a sua situação. Mas relacionar uma coisa com a outra não parece estar justificado, pelo conhecimento das causas que existem.

No entanto, tanto na parte da habitação como na parte da floresta há um tema, se calhar, central, que merecia um tratamento muito especial, que é o tratamento dos seguros. Aqui é que há, de facto, um problema muito grande, porque qual é o incentivo que as pessoas têm em segurar uma casa, em segurar uma floresta, quando depois pode haver apoios do Estado para a recuperação pós incêndio para esse efeito?! Em muitos países, aquilo que o Estado faz é apoiar, em termos de resseguros, os seguros das próprias casas e os seguros das florestas, que são mais difíceis porque são menos produtivos. Mas, pelo menos, em termos de casa, era lógico que isso acontecesse porque, senão, não há motivação. É o tal efeito perverso do apoio público após incêndio, que não incentiva a que as pessoas façam o seguro da sua casa e o Estado, se calhar, poderia mais facilmente intervir nesse apoio aos seguros do que propriamente depois, no apoio à recuperação.

Portanto, há aqui um efeito perverso possível, que pode ser, aqui, assim, analisado.

A questão sobre o que podemos esperar, em termos planetários, dando a minha opinião mais pessoal, diria que estamos a assistir a uma mudança do clima muito rápida, muito mais rápida. Não é tanto a mudança climática no geral, mas é o ritmo dessa mudança que é muito forte. As florestas não estavam adaptadas a este regime climático e não estavam adaptadas ao fogo.

Nós temos, agora, muitas florestas do Norte e do Centro da Europa em que o fogo não existia porque não havia condições meteorológicas para que ele existisse, e agora existe e a floresta não tem mecanismos de recuperação que o possa fazer, porque não é uma floresta adaptada àquele regime de fogo.

E nós temos um pouco, também, a mesma coisa. Isto é, temos também uma floresta que, se calhar, com esta frequência de fogo, o que está a acontecer é que ela se transforme, progressivamente, em zonas de matos,...

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Que é o que está a acontecer...

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — ... que é o que já está a acontecer. Portanto, se houver uma frequência suficiente, esta floresta que temos, mesmo a floresta de eucalipto, pode não estar suficientemente preparada para esta frequência tão grande de fogos.

Portanto, enquanto não se transformar numa coisa diferente, que é o sistema de matos, temos uma fase de transição em que estas florestas vão arder de maneira muito mais significativa. O eucalipto vai resistir, porque resiste muito bem na sua zona de origem, está muito habituado a regimes de fogo com muita frequência, mas será um último resistente, o eucalipto e a acácia — que, aliás, são os dois que competem, com a floresta temperada, na Austrália —, e as háqueas, que são aquelas que estão adaptadas a esta frequência de fogo e a esta espiral de maior frequência com mais eucaliptos mais acácias e cada vez menos floresta mais temperada, menos pinhal mas também, e sobretudo, menos carvalhal.

Portanto, mesmo em termos de adaptação e mitigação em relação às alterações climáticas, há, de facto, que intervir para evitar esta espiral, este ciclo negativo que se autoalimenta e, nesse sentido, os tais apoios públicos para uma floresta diferente que possa ser, ela própria, mais resistente a estas alterações climáticas.

Gostava também de falar um pouco sobre o papel do Observatório. Neste aspeto, o Observatório, como viram, é um pouco lateral em relação à questão central que aqui foi posta sobre o apoio à recuperação, porque não se debruçou especificamente sobre essas matérias, mas eu gostava de dizer que tentámos também e estamos completamente à disposição para aquilo que servimos, digamos assim: os Deputados servem o povo português e nós servimos os Deputados.

Portanto, aquilo em que entenderem que é útil uma posição específica do Observatório sobre uma qualquer matéria, com certeza que nós a

consideraremos. Temos é dificuldade em responder em muito curto espaço de tempo a qualquer coisa que não tivemos tempo de aprofundar e não tivemos tempo de definir coletivamente. O Observatório é um órgão coletivo, queremos muito isso e temos tentado por tudo que isso aconteça, ou seja, que as posições do Observatório sejam as mais coletivamente assumidas. Mas isso precisa de trabalho de casa, de termos fundamentos técnicos para podermos, de algum modo, não estar a enganar a Assembleia e a nós próprios e aquilo que produzirmos ter uma consistência técnica e independente, como é suposto.

Em relação aos apoios técnicos, julgo que há aqui dois elementos muito importantes. Os apoios técnicos que o Governo pode ter podem ser, e já são, em relação aos gabinetes técnicos florestais das autarquias, que poderiam eventualmente já estar incluídos nos orçamentos das autarquias e não terem, necessariamente, de ser garantidos pelo Fundo Florestal Permanente ou pelo Fundo Ambiental. Esse é um aspeto, o aspeto mais autárquico, mas depois há o aspeto ligado aos técnicos florestais das associações florestais, das associações de baldios, e aí não há de facto um programa de apoio técnico, que eu diria que poderia estar ligado, por exemplo, às equipas de sapadores.

O Estado paga equipas de sapadores florestais às associações de produtores florestais e também às autarquias, mas não paga o apoio técnico para o funcionamento dessas equipas. Portanto, era muito necessário um reforço não só das equipas mas do apoio técnico a essas equipas, com pessoas com formação.

Mas isso põe outro problema a montante, que é o de não ter havido formação florestal nos últimos anos e estarem a desaparecer as escolas que dão formação florestal. Os cursos florestais que a certa altura proliferaram no País, se calhar um bocadinho para além daquilo que poderiam, neste momento, se calhar por falta de alunos, de financiamento, estão a

desaparecer. É um pouco como o interior, em que se se tira a esperança ao setor, se se tiram as condições de motivação para as pessoas estarem nos seus locais ou aderirem à vocação florestal, as pessoas desaparecem do interior e, do mesmo modo, desaparecem dos cursos florestais.

Neste momento, quer-se um técnico florestal para uma determinada associação e ele já não existe, porque a escola de Castelo Branco deixou de funcionar há vários anos, a Escola Agrária de Bragança deixou de ter o curso florestal e a própria Universidade de Trás os Montes e Alto Douro está a equacionar fechar o curso florestal.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — A Escola Agrária de Ponte de Lima mantém essa valência.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — A Escola Agrária de Ponte de Lima também tinha e mantém, mas não é um mestrado, é um curso que não é do mesmo nível dos outros, embora tenha uma componente. Mantêm-se Coimbra e Lisboa como únicos polos sólidos de alguma formação florestal e, se calhar, o apoio público poderia estar já a montante, ou seja, no apoio à formação dos técnicos florestais que depois pudessem ser canalizados para a extensão e o apoio às associações, às organizações de baldios e às várias entidades e municípios.

Portanto, o problema está já um bocado mais a montante do que a jusante.

Não estamos seguros que não se possa repetir Pedrógão. A recuperação da vegetação, como eu dizia, não é muito rápida. Os primeiros cinco anos após o incêndio tornam a zona relativamente... Aliás, o incêndio do ano passado em Vila de Rei e Mação parou em zona que já tinha ardido há três anos. Portanto, o efeito dos últimos incêndios fica muito registado na paisagem e o incêndio não se desenvolve em cima de outro incêndio, mas

esses são cinco anos de alguma segurança ilusória ou temporária que vai acontecendo.

Portanto, uma repetição em Pedrógão nos próximos dois anos é muito difícil que aconteça. Há muitas situações que estão muito mais vulneráveis, em muito maior risco do que está Pedrógão neste momento.

Os apoios seriam com certeza para a reflorestação com outras espécies que não as que estão mais adaptadas aos incêndios, os tais eucaliptos e acácias que tiram partido... Mas há aqui mais uma vez o problema do *timing*. Em relação às acácias, logo a seguir aos incêndios — e nós temos essa consciência em relação ao Pinhal de Leiria —, se não fizermos uma intervenção em tempo útil, passados três ou quatro anos sem fazer essa intervenção, ela custa não três ou quatro vezes mais mas 10 vezes mais. Portanto, o *timing* é aqui uma questão completamente essencial.

Os valores destes vários programas, Aldeia Segura e Pessoas Seguras e a campanha das limpezas, não os tenho de memória. Podemos obtê-los mas os tenho.

De facto, o Programa Aldeia Segura e Pessoas Seguras parece-nos extremamente bem equacionado e gerido, faltando-lhe apenas, como, aliás, a quase todos os programas, o de campanha para as limpezas, o Portugal Chama, etc., a fase de avaliação. Não há nunca uma fase de avaliação destes programas, o que dificulta perceber-se depois se vamos ou não no bom caminho.

Aliás, a mesma coisa aconteceu com o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que acabou e deu origem, agora, a um Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Florestais e nunca houve uma avaliação do plano anterior.

Portanto, há esta falta de coerência e julgo que é também um dos papéis do Observatório chamar a atenção para estas peças que faltam, para

estas faltas de diagnóstico, porque se criam programas sem a avaliação dos programas anteriores.

A nossa perceção é que este programa Aldeia Segura, Pessoas Seguras é extremamente interessante e significativo, mas é uma perceção, não é uma avaliação. Vamos tentar olhar para esse programa em termos de avaliação, não estamos seguros que o consigamos fazer mas é também uma área para que estamos a olhar.

Em relação a coberturas de rede, SIRESP, etc., chamámos a atenção também para essa questão. Não tenho de momento conhecimento de como está a cobertura.

De qualquer modo, ainda em relação a Pedrógão, vale a pena recordar uma coisa que não ficou muito visível na comunicação social mas que é muito importante: é que a rede SIRESP falhou na altura em que as pessoas estavam na estrada, vítimas da grande explosão de incêndios. Portanto, a rede SIRESP colapsou na mesma altura em que as pessoas estavam a ser vitimadas pelo incêndio, não foi antes, foi na mesma altura. A rede SIRESP também foi vítima do próprio incêndio e isso foi qualquer coisa que não foi muito perceptível pela comunicação social

A ideia de enterrar a rede, torná-la menos vulnerável aos incêndios, é muito importante, mas é importante também perceber-se qual a relação causa/efeito, ou seja, se foi o incêndio que causou a falha do SIRESP ou foi a falha do SIRESP que proporcionou que houvesse mais vítimas naquele incêndio.

O Sr. **Presidente**: — Queira terminar, por favor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Para terminar, em relação à reposição dos modos de vida, digamos, ao tal período de emergência, às acácias invasoras e se é a legislação que falha ou se são os

financiamentos, faria um bocadinho a minha conclusão final dizendo que muitas vezes temos a legislação suficiente, muitas vezes temos fundos suficientes, muitas vezes temos *know how* suficiente e não conseguimos pôr estas peças todas em conjunto para termos uma intervenção antecipada e atempada e que contribua para a resolução do problema. Portanto, é mais a esse nível que julgo que há muitas falhas no sistema que devem ser conhecidas e reparadas.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não existe nenhum grupo parlamentar inscrito para a terceira ronda. Contudo, temos a inscrição do Sr. Deputado Relator Jorge Paulo Oliveira, que se inscreve a título individual e a quem concedo a palavra por 2 minutos, para colocar as questões que entender.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Professor, aproveitando aquilo que também é a missão do OTI, que tem no seu objeto prestar apoio científico às Comissões Parlamentares com competência em matéria da gestão integrada de incêndios rurais, proteção civil, ordenamento do território, agricultura e desenvolvimento rural, florestas e conservação da natureza, e aproveitando duas matérias que foram aqui abordadas pelos Srs. Deputados, queria pedir-lhe a sua opinião e, se possível, dados adicionais.

A primeira pergunta foi colocada pela Sr.^a Deputada Fabíola Cardoso, do BE, que basicamente lhe perguntou que apoios existem ou deviam existir para que, no pós incêndios, pudéssemos caminhar para a melhor reflorestação do ponto de vista da sua sustentabilidade económica, social e ambiental. Pedia-lhe que densificasse a sua resposta a esta pergunta.

A segunda matéria tem também a ver com questões também colocadas anteriormente, pelo Sr. Deputado João Dias, do PCP, e pela Sr.^a Deputada Joana Bento, do PS, e tem a ver com a gestão de faixas de combustíveis.

Sabendo nós que foram lançadas, em 2018, primeiro, uma linha de crédito para o financiamento das despesas com redes secundárias de faixas de gestão de combustíveis, no montante global de 50 milhões de euros, mas também que foram atribuídas aos municípios subvenções reembolsáveis destinadas exatamente a financiar as despesas em que estes tenham incorrido com a gestão de combustível nas redes secundárias em substituição dos proprietários e de outros produtores florestais, a pergunta que lhe faço, tendo em conta aquilo que é a missão do OTI, é que avaliação faz destas duas medidas.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Francisco Manuel Cardoso Castro Rego**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sobre que apoios existem e quais deviam existir para esta reflorestação, diria que os apoios que existem, e começando por este último relacionado com os planos de transformação de paisagem, que são específicos para aquelas áreas integradas de transformação de paisagem, diria que esses apoios, em princípio, irão estar disponíveis e parecem-me muito razoáveis, mas são muito localizados só nas áreas de transformação de paisagem.

Para o conjunto nacional os apoios à florestação com outras espécies também podem ser aproveitados por outros canais, mas não existem explicitamente como tal. Portanto, aquilo que me parece é que o apoio que existe e que está previsto dentro destas ações integradas de transformação da paisagem deveria ser transposto a nível nacional se houver, entretanto, aquilo

que vai haver para os planos de transformação de paisagem: a ideia de para onde é que queremos que a nossa paisagem evolua.

E voltamos outra vez à questão dos PROF (Programas Regionais de Ordenamento Florestal). Se quisermos que a nossa paisagem evolua numa determinada direção, então tem sentido que haja estes apoios que estão explicitados e que já estão previstos nestes planos de transformação de paisagem. O que não me parece é que possamos, de algum modo, continuar a ter só experiências-piloto, áreas localizadas, e que devamos logo extrapolar essa para o conjunto do País se as regras forem claras.

Em relação aos 50 milhões de euros e aos créditos para as câmaras municipais que se substituam aos proprietários que não cumpram, ontem fizemos o pedido à GNR e às outras entidades de que nos facultassem os dados para se perceber a dimensão desse problema: quantos autos é que a GNR fez, quantos é que foram transferidos para as câmaras municipais. Portanto, muito rapidamente, julgo eu — a GNR tem-nos habituado, digamos, a respostas rápidas —, vamos ter uma apreciação da dimensão desse problema via um mecanismo de deteção do incumprimento e da sua comunicação às entidades oficiais.

A nossa perceção é a de que isto está bastante aquém da mobilização que poderia ser feita. Quer dizer, há muitos casos em que os proprietários não cumprem e, depois, as câmaras têm alguma dificuldade em cumprir também. Portanto, mais uma vez, essa é uma perceção de que também não estou seguro que seja... Mas a minha perceção é a de que não é pelo envelope financeiro que está associado que há dificuldade na sua concretização, é mais pela dificuldade de, digamos, mobilizar as câmaras, o circuito que passa pela deteção do problema até à sua resolução não estar suficientemente lubrificado. Mas é uma perceção, não é...

De qualquer forma, eu terminaria dizendo que, para questões deste tipo, tudo aquilo para que esta Comissão, eventual ou não eventual, ache útil

que o Observatório prepare uma resposta mais consistente e mais fundamentada, é para isso que o Observatório serve. Portanto, não hesitem em colocar ao Observatório estas questões, senão ficam também um bocadinho reféns de algumas perceções individuais que não são trabalhadas coletivamente e que também não têm os documentos de suporte que permitam uma resposta completamente cabal.

Já agora, aproveitava para felicitar o João Dias, neste dia especial.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado, Sr. Professor.

Queria, em meu nome e em nome da Comissão, agradecer-lhe o seu depoimento e a sua presença.

Queria também dizer-lhe que foi muito importante o que nos disse e que foi igualmente muito importante o que não nos disse. V. Ex.^a é um técnico, e foi muito importante, ao longo desta audição, ouvi-lo dizer «isso eu sei, porque me competia» e «isso eu não sei, porque não era da minha competência». É esse rigor técnico que também nos faz muita falta, porque a última coisa que nos dava jeito neste momento era aquele laxismo tão português. Portanto, obrigado pelas observações técnicas e por esse rigor. Acho que nos ajudou muito.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, agradeço também a vossa colaboração e a dos serviços e recordo a todos que, na terça- feira, teremos a audição do Sr. Jorge Alves na qualidade de ex-Presidente e de atual Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos.

Boa tarde e um cumprimento especial ao Sr. Deputado João Dias.

Está encerrada a reunião.

Eram 20 horas e 34 minutos.